



[OUTONO 2013 ▶ N.º 47]

panorama

inforegio

▶ Ecoinovação

Movimentos líderes nas regiões da UE em direção à economia verde

▶ OPEN DAYS: O arranque das regiões e cidades europeias rumo a 2020

▶ Estratégias macrorregionais

▶ Fundo de Solidariedade da União Europeia: mais rápido e simples

Política Regional e Urbana



▶8



▶14



▶22



▶26



▶38

▶EDITORIAL	3
Comissário Johannes Hahn	
▶APOIO A CATÁSTROFES NA UE MAIS RÁPIDO E SIMPLES	4-5
▶POLÍTICA REGIONAL: UM MOTOR PARA O CRESCIMENTO NA ATUAL CRISE?	6-7
▶DESTAQUE	8-11
REGIÕES NA VANGUARDA DA ECOINOVAÇÃO E DO CRESCIMENTO INTELIGENTE E SUSTENTÁVEL	
▶UNIVERSIDADE OPEN DAYS	12-13
▶O FEDER NO SECTOR IMOBILIÁRIO	14-15
▶AGRUPAMENTO EUROPEU DE COOPERAÇÃO TERRITORIAL	16-17
▶REFORÇO DE CAPACIDADES	18-19
▶A CHINA, O JAPÃO E A UE	20-21
▶ABORDAGEM MACRORREGIONAL	22-25
▶NAS SUAS PRÓPRIAS PALAVRAS	26-29
Perspetivas regionais e nacionais sobre a política de coesão	
▶MAPAS	30-31
População em risco de pobreza ou de exclusão social, 2011 Alteração da percentagem de população em risco de pobreza ou de exclusão, 2008-2011	
▶NOTÍCIAS BREVES	32-33
▶EXEMPLOS DE PROJETOS	34-37
Exemplos de projetos da Espanha, da República Checa e do Reino Unido e de Cooperação Territorial Europeia	
▶AVALIAÇÃO EX POST DA POLÍTICA DE COESÃO, 2007-2013	38-39
▶AGENDA	40

Fotografias (Páginas):

Capa: Instalação urbana de painel solar em Zadar, Croácia

© Milosz_M/Shutterstock.com

Páginas 3, 6, 7, 20, 21, 22, 24, 32, 34: © Comissão Europeia

Página 4: © Shutterstock

Páginas 8-9: © Comissão Europeia, Le Havre © Igor Plotnikov/Shutterstock.com

Página 10: © Styria, Áustria

Página 11: © Cleantech, Finlândia

Página 13: © Associação de Estudos Regionais

Página 14: © ECORYS

Página 19: © INITS

Páginas 24-25: A ilha de Sveti Stefan © Iniciativa Adriático-Jónica; Ventspils © Shutterstock; Baltic Deal © Leyre Mira

Páginas 27,28,29: Países Baixos © Provincia de Noord-Brabant;

República Checa © Ministério do Desenvolvimento Regional; Bélgica

© Région de Bruxelles-Capitale/Brussels Hoofdstedelijk Gewest

Página 33: © Gobierno de Extremadura

Páginas 35,36,37: © LEC; © FIN-EN; © ROP Střední Čechy

Páginas 38-39: Alemanha © CRTD; Londres © Ravensbourne

College of Design and Communication; Espanha © IDEA

Esta revista é impressa em papel reciclado em inglês, francês e alemão.

Esta revista está disponível na Internet em 22 línguas no site

http://ec.europa.eu/regional_policy/information/panorama/index_pt.cfm

O conteúdo da presente edição foi concluído em agosto de 2013.

INFORMAÇÃO JURÍDICA

A Comissão Europeia, assim como qualquer pessoa agindo em seu nome, não pode ser considerada responsável pela utilização das informações contidas na presente publicação, nem por quaisquer erros que possam ser detetados não obstante o trabalho cuidadoso de preparação e verificação. A presente publicação não reflete, necessariamente, a opinião ou posição da Comissão Europeia.

ISSN 1725-8154

© União Europeia, 2013

Reprodução autorizada mediante indicação da fonte.

É necessária a autorização do(s) titular(es) dos direitos de autor para a utilização/reprodução de material de terceiros sujeito a direitos de autor e que esteja indicado como tal.



▶ EDITORIAL

Johannes Hahn

*Membro da Comissão Europeia
responsável pela Política Regional*

Os Estados-Membros chegaram a um acordo sobre o Quadro Financeiro Plurianual 2014-2020, que define os valores máximos disponíveis para cada principal categoria de despesa. Está agora sujeito a aprovação no Conselho e Parlamento Europeu este outono. Apesar dos cortes previstos em muitas áreas políticas, a política regional é uma das áreas menos afetadas.

Esta decisão constitui um reconhecimento ao mais elevado nível da importância do contributo da política regional para a atividade económica, o crescimento e o emprego. Ao longo dos últimos anos, a política regional passou de uma política orientada para infraestruturas para uma política de investimento que estimula a criação de emprego e o crescimento. Os fundos regionais são agora os principais motores da Europa para redirecionarem a atenção, reestruturarem e modernizarem a economia europeia em consonância com os objetivos da estratégia Europa 2020.

Política regional da UE 2014-2020

A nova política regional reformada da UE proporcionará à Europa meios ainda melhores para enfrentar os atuais obstáculos ao crescimento a longo prazo: desemprego, falta de competitividade e alterações climáticas. Os investimentos no próximo período financeiro visam promover a reforma estrutural. Apoiam áreas-chave para o desenvolvimento económico, onde se inclui o apoio às PME, investigação e inovação, a agenda digital e a economia assente num baixo nível de emissões de carbono, conforme previsto na Agenda de Crescimento da Europa 2020. Estas ações irão mobilizar todo o potencial das regiões da Europa para reconstruírem as suas economias com base em fundações competitivas.

A inovação é uma das principais prioridades do projeto 2014-2020 e é necessária uma «política regional inteligente» para aproveitar da melhor forma os escassos recursos públicos. A chave desta estratégia é a especialização inteligente através da qual uma região escolhe um número limitado de prioridades económicas com base nas suas próprias forças e vantagem competitiva no mercado global. O caminho da especialização inteligente exige uma ideia clara das forças e fraquezas de uma região. Todos os fundos e esforços devem concentrar-se nisto, de forma a assegurar um impacto mais duradouro e a melhor utilização de recursos limitados.

O arranque das regiões e cidades europeias rumo a 2020

O «arranque das regiões e cidades europeias rumo a 2020» no OPEN DAYS 2013, que decorre de 7 a 10 de outubro de 2013, chega num momento particularmente importante para a política regional. Regiões e cidades estão a finalizar os preparativos para os programas da política de coesão da UE 2014-2020 nos próximos meses. O OPEN DAYS será a oportunidade ideal para aprenderem mais acerca das prioridades e dos desafios da próxima fase dos Fundos Estruturais e de Investimento e para trocar opiniões sobre como orientar melhor esses fundos. É vital que as regiões e as cidades participem na formulação de políticas regionais que têm um impacto real no benefício dos cidadãos da Europa e que geram um crescimento duradouro.



▶ APOIO A CATÁSTROFES NA UE MAIS RÁPIDO E SIMPLES

O QUE PODEMOS APRENDER COM A AVALIAÇÃO DA IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA EM TEMPO DE CRISE?

A Itália recebeu quase 500 milhões de euros na sequência do sismo de Abruzzo, em abril de 2009.

Há mais de uma década que o Fundo de Solidariedade da União Europeia (FSUE) tem vindo a apoiar regiões na Europa atingidas por grandes catástrofes naturais. Novas propostas da Comissão Europeia têm como objetivo tornar a operação do Fundo para catástrofes mais rápida, simples e eficaz. Fornecerá um pagamento adiantado de fundos e terá critérios mais claros relativamente a quem pode beneficiar.

Desde a sua criação, em 2002, o Fundo de Solidariedade da UE prestou apoio a 52 catástrofes na Europa, incluindo sismos, incêndios florestais, secas, tempestades e inundações. Foram concedidos mais de 3,2 mil milhões de euros de ajuda a 23 países.

Nas novas propostas apresentadas a 25 de julho, estará disponível um pagamento adiantado para regiões atingidas por catástrofes pela primeira vez. O montante será 10% da contribuição antecipada (com um teto máximo de 30 milhões de euros).

O processo para receber auxílio será acelerado através da fusão dos procedimentos de aprovação e implementação numa decisão.

O âmbito do Fundo de Solidariedade será clarificado, limitando-o a catástrofes naturais e incluirá uma cláusula especial para seca. Determinadas catástrofes de origem humana que surgem como uma consequência direta de uma catástrofe natural e que constituem um efeito de repercussão em cadeia serão permitidas.

Serão introduzidas regras mais claras sobre a elegibilidade e haverá apenas um único critério para catástrofes «regionais» mais limitadas. Isto será baseado num limiar de 1,5% do produto interno bruto regional.

Necessidade de uma reforma

O Fundo de Solidariedade foi criado na sequência de graves inundações na Europa Central no verão de 2002. Algumas das suas maiores intervenções incluíram o sismo de Abruzzo, Itália, em 2009, e o sismo de Emilia-Romagna, em maio de 2012, que, em conjunto, contabilizaram mais de mil milhões de euros em ajuda. Muitos países da UE recorreram ao Fundo como ajuda de emergência para superar danos provocados por inundações, tempestades e incêndios florestais. Atualmente, está envolvido no apoio às devastadoras inundações que ocorreram no início deste ano na Alemanha e nos países vizinhos da Europa Central.

ONDE É GASTO

O FSUE complementa despesas dos Estados-Membros para financiar operações de emergência essenciais realizadas pelas autoridades públicas, tais como:

- ▶ restabelecimento do funcionamento de infraestruturas essenciais como, por exemplo, energia, água, transportes, telecomunicações, saúde e educação;
- ▶ alojamento temporário e custo dos serviços de emergência de forma a satisfazer as necessidades imediatas da população;
- ▶ proteção de infraestruturas de prevenção, como barragens e diques;
- ▶ medidas para proteger o património cultural;
- ▶ operações de limpeza.

Os danos privados, como danos em habitações e empresas privadas e perdas de rendimento, incluindo na agricultura, são, em princípio, considerados como seguráveis e não se encontram cobertos.

A assistência do Fundo destina-se, essencialmente, ao financiamento de operações de emergência realizadas pelas autoridades públicas. Os danos sofridos por particulares ou perdas de rendimento não se encontram cobertos. Esta ajuda financeira está disponível para todos os Estados-Membros e países em fase de negociação da sua adesão.

No entanto, desde a sua criação, tornou-se cada vez mais evidente que o processo de financiamento não tinha capacidade de resposta suficiente. O procedimento para conceder assistência tem sido moroso, chegando frequentemente a demorar um ano desde a catástrofe até o pagamento ser efetuado.

Embora o instrumento esteja a funcionar com bastante êxito para «grandes» catástrofes naturais, dois terços dos pedidos recebidos relacionam-se com as chamadas catástrofes «regionais» muito menores, com custos de danos abaixo do nível do limiar. Uma grande maioria destes pedidos não cumpria os critérios excecionais e tinham de ser rejeitados, criando um sentimento de decepção entre a população em questão.

As novas propostas explicam mais claramente quem e o que é elegível, nomeadamente no que respeita a catástrofes «regionais». As regras foram simplificadas para que a ajuda possa ser paga mais rapidamente e é dada a possibilidade de pagamento adiantado pela primeira vez.

Prioridade temática – prevenção de risco

A Regulamentação do Fundo de Solidariedade revista incentiva os Estados-Membros a implementar estratégias de gestão de risco e prevenção de catástrofes. Durante o novo período de financiamento de 2014-2020, a prevenção de risco será uma das prioridades temáticas da política de coesão para a qual está disponível uma quantidade de dinheiro considerável a utilizar quando os Estados-Membros desenvolverem os seus novos programas de Fundos Estruturais.

Procedimento

Na eventualidade de uma «grande catástrofe», existe apenas um único critério de elegibilidade – danos superiores ao limiar, específico para cada país.

Para as chamadas «catástrofes regionais» mais pequenas, propõe-se agora definir um limiar semelhante de 1,5% do PIB regional, em vez dos atuais critérios complicados relacionados com os efeitos da catástrofe na população da região, estabilidade económica e condições de vida.

As autoridades nacionais do país afetado podem enviar uma candidatura para a Comissão no máximo até 10 semanas depois da ocorrência dos primeiros danos. A Comissão avalia então a candidatura e, se concluir que se verificam as condições para mobilizar o FSUE, propõe o montante de ajuda considerado adequado à autoridade orçamental.

Assim que o Parlamento e o Conselho disponibilizarem o montante, a dotação é paga antecipadamente numa única parcela. Não existe qualquer requisito de programação, nem de cofinanciamento. A ajuda pode ser utilizada para financiar medidas de emergência desde o primeiro dia da catástrofe.

O Comissário Hahn comentou: «Temos de ter uma maior capacidade de resposta e de ser mais rápidos na complementação dos esforços dos países na reconstrução e recuperação após catástrofes... As alterações acordadas tornarão o Fundo de Solidariedade mais rápido, claro e simples de utilizar.»

A proposta está agora no Conselho e Parlamento Europeu para adoção.

▶ SAIBA MAIS

http://ec.europa.eu/regional_policy/thefunds/solidarity/index_pt.cfm

▶ POLÍTICA REGIONAL: UM MOTOR PARA O CRESCIMENTO NA ATUAL CRISE?



A política estrutural da UE continua no centro da atenção da opinião pública, especialmente em tempos de crise económica e medidas de austeridade. A chave para transmitir a mensagem da UE reside num debate transparente e aberto – e quanto mais transparente e aberto for o debate, melhor. A *Panorama* aborda um debate recente com Johannes Hahn, Comissário Europeu para a Política Regional, e o Professor Dr. Michael Wohlgemuth, Diretor da Open Europe Berlin, realizado a 19 de julho na Representação da Comissão Europeia, em Berlim.

As pessoas faziam fila para conseguir um lugar na sala de conferências da Representação da CE em Berlim para ouvir um debate acerca dos prós e contras do financiamento estrutural da UE. O debate foi organizado em resposta a um estudo controverso publicado pelo grupo de reflexão Open Europe. O documento reclamava acerca de uma «correlação insatisfatória entre o financiamento e os resultados» e sugeria limitar o apoio da política regional às regiões e aos países mais pobres da UE, com os mais ricos a gerir a sua própria política regional.

O Comissário Hahn explicou que a nova programação dos Fundos Estruturais e de Investimento a partir de 2014 responde ao pedido de uma política regional mais eficaz e simplificada, centrando os projetos na estratégia de crescimento e emprego da Europa 2020. Para além disso, a nova abordagem à política regional significa que as despesas estão muito mais ligadas a pré-condições específicas, como a existência de uma estratégia da rede de transporte a nível nacional. Um novo elemento é também uma maior ênfase no apoio ao desenvolvimento económico, em vez de financiar apenas projetos de infraestruturas.

Em resposta às objeções levantadas pelo Prof. Wohlgemuth, o Comissário Hahn foi muito claro ao afirmar que uma limitação do apoio estrutural às regiões mais fracas está fora questão. «Precisamos do financiamento em todas as

regiões da UE para garantir uma implementação generalizada da estratégia 2020», afirmou o Comissário Hahn.

No debate subsequente, os representantes dos *Länder* da Alemanha (tanto de leste como ocidental) sublinharam que se sentem muito mais seguros com a garantia dos Fundos Estruturais e de Investimento provenientes de Bruxelas do que com fundos regionais distribuídos pelo governo de Berlim. Um representante de Brandeburgo disse mesmo que o apoio regional é da maior importância para os *Länder* da Alemanha de Leste, dado que o chamado imposto de solidariedade para os Novos *Bundesländer*, que havia sido concedido por causa da reunificação da Alemanha, tinha esgotado. Para além disso, os fundos regionais foram encarados, tanto em regiões pobres como ricas, como uma ferramenta importante para promover a aceitação da política da UE entre os cidadãos, afirmaram representantes das regiões da Alemanha.

Apesar de o Professor Wohlgemuth ter acolhido a reforma da política de coesão, foi menos persuadível e reiterou os seus argumentos a favor de concentrar o financiamento exclusivamente nas regiões e nos países pobres. Destacou os problemas decorrentes de previsões imprecisas que resultam numa baixa rentabilidade de alguns dos projetos financiados pela UE. Um representante dos sindicatos alemães DGB apelou a um reforço da coordenação de projetos entre



« Precisamos do financiamento em todas as regiões da UE para garantir uma implementação generalizada da estratégia 2020. »

Johannes Hahn – Comissário Europeu para a Política Regional

várias regiões da EU devido à «Energiewende» (transição energética) da Alemanha.

Seguiu-se um debate aceso sobre os critérios de elegibilidade do Fundo de Coesão. O Comissário Hahn confirmou que os critérios, que têm um impacto fundamental na atribuição final, são um pomo de discórdia entre os Estados-Membros. Afirmou, igualmente, que a atribuição de fundos com base em critérios de elegibilidade é um grande problema, uma vez que a Comissão apenas pode utilizar os números disponíveis e validados mais recentes. Como explicou o Comissário Hahn, foi por este motivo que, no caso da Grécia, a atribuição de fundos se baseou em números da época anterior à eclosão da crise da dívida.

O debate, organizado pela Direção-Geral da Política Regional e Urbana da Comissão Europeia e pela Representação da CE em Berlim, foi particularmente apreciado pelo público graças ao seu caráter aberto e controverso. Este debate mostrou, igualmente, que a política estrutural da UE continuará no centro da atenção da opinião pública, especialmente em tempos de crise, de medidas de austeridade e de um apoio reduzido ao projeto europeu em geral. Quanto mais transparente for o debate, melhor.

▶ SAIBA MAIS

<http://ec.europa.eu/deutschland>

O projeto BENET está a investigar combustíveis de biomassa alternativos na Finlândia.

▶ REGIÕES NA VANGUARDA DA ECOINOVAÇÃO E DO CRESCIMENTO INTELIGENTE E SUSTENTÁVEL



A Academia de Energia da ilha de Samsø é um ponto central na Dinamarca para a investigação em energias renováveis e sustentáveis.

O crescimento sustentável é um dos elementos-chave da Estratégia Europa 2020 – desenvolver uma economia europeia mais ecológica, mais eficiente em termos de recursos e mais competitiva. Atualmente, as regiões da Europa e os Fundos Estruturais e de Investimento da UE são as forças motrizes que tornam estes objetivos uma realidade.

A procura mundial de tecnologias ambientais, produtos e serviços ecológicos e ideias de design sustentáveis está a aumentar consideravelmente. O mercado mundial, que tem atualmente um valor estimado de 1,15 biliões de euros por ano, poderá quase duplicar, prevendo-se uma média de cerca de 2 biliões de euros por ano para 2020.

A União Europeia tem feito grandes progressos para beneficiar desta situação. Reconhece a necessidade de reforçar as sinergias entre o crescimento inteligente e o crescimento sustentável, para lidar com as alterações climáticas, os desafios ambientais e energéticos, assim como com a crescente escassez de recursos. Continuar com os nossos atuais padrões de consumo e produção não é uma opção. A UE precisa de se transformar numa economia verde impulsionada pela inovação e, atualmente, a política regional enquanto veículo de investimento é um fator decisivo para que essa transformação aconteça.

O sector da ecoindústria na Europa já se encontra em rápida expansão. Emprega 3,4 milhões de pessoas e tem um

volume de negócios anual superior à indústria siderúrgica, automóvel e farmacêutica.

Existe uma profusão de dados que confirmam que as regiões e as grandes cidades desempenham um papel importante no estímulo à inovação, uma vez que acolhem aglomerados industriais, centros de competências, incubadoras, parques tecnológicos e muitos outros tipos de veículos formais e informais de inovação. Os Estados-Membros da UE que mais investem em investigação e na capacidade empresarial em áreas como energia sustentável, serviços ecossistémicos e ecoinovação estão a emergir como as economias mais competitivas da União.

As instituições da UE já desempenham um papel de relevo na promoção da economia verde. Entre 2007 e 2013, foram investidos, de forma direta e indireta, cerca de 105 mil milhões de euros em projetos ambientais – 30% do financiamento da política de coesão disponível. Deste montante, cerca de 54 mil milhões de euros foram atribuídos a serviços ambientais, como a gestão de água e de resíduos, a proteção da natureza e a proteção contra riscos. Cerca de 3 mil milhões de euros destinaram-se à ecoinovação nas PME e 48 mil milhões de euros foram para ações de redução do nível de emissões de carbono, tais como transportes limpos, eficiência energética e energias renováveis.

Na área da eficiência energética, foram investidos cerca de 10 mil milhões de euros, dos quais 4,9 mil milhões de euros destinaram-se a fontes de energias renováveis, como



A ideia da construção de alojamentos ecológicos para estudantes teve origem nos Países Baixos e foi posta em prática em Le Havre, na França.



a biomassa (1,8 mil milhões de euros), a energia solar (1,2 mil milhões de euros), a energia hidroelétrica/geotérmica (1,2 mil milhões de euros) e a energia eólica (0,6 mil milhões de euros).

Impulsionador fundamental da competitividade internacional

Cada vez mais, a União Europeia encara a ecoinovação como sendo um dos mais importantes impulsionadores da sua economia e da sua competitividade internacional.

No novo período de programação 2014-2020, vários objetivos temáticos da nova política de coesão estão relacionados com a ecoinovação. Serão promovidas ações para incentivar a transição para uma economia assente num baixo nível de emissões de carbono, a proteção ambiental, uma maior eficiência de recursos, os transportes sustentáveis e o desenvolvimento de uma economia circular.

Estas ações estão estreitamente ligadas aos esforços de promoção de um investimento adequado para estimular o crescimento económico e a criação de emprego.

No final de 2011, a UE aprovou o Plano de Ação em Matéria de Ecoinovação, que foi concebido para melhorar o desempenho ambiental, gerar crescimento e emprego e assegurar uma utilização mais eficiente dos escassos recursos da EU, através do incentivo à aceitação da ecoinovação pelo mercado.

Considera-se como ecoinovação qualquer inovação que reduz a utilização dos recursos naturais e diminui a libertação de substâncias perigosas durante todo o ciclo de vida. A ecoinovação pode ser encontrada em todas as formas de novos (ou que apresentem melhorias significativas) produtos, serviços, processos, métodos de marketing, estruturas organizacionais, etc.

Financiamento da competitividade

O Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) fornece um apoio significativo às regiões e respetivas PME para impulsionar a sua competitividade. Pode ser implementado através de medidas específicas que visam a eficiência de recursos, como o programa ENWORKS⁽¹⁾ no Reino Unido, que foi galardoado com o Prémio RegioStars 2013 na categoria de Crescimento Sustentável⁽²⁾. Além disso, para auxiliar empresas ecoinovadoras, especialmente as PME, a transferirem os seus projetos do laboratório para o mercado, o Programa-Quadro para a Competitividade e a Inovação (PCI) da UE proporciona capital próprio, serviços de trabalho em rede e subvenções pontuais para projetos potencialmente viáveis. Com um orçamento de cerca de 200 milhões de euros para o período de 2008-2013, o PCI tem vindo a apoiar soluções tecnologicamente comprovadas (produtos, processos, tecnologias) para aproveitar melhor os recursos naturais da Europa. Já estão em curso mais de 240 projetos financiados pelo programa de ecoinovação nos domínios da reciclagem de materiais, água, produtos de construção sustentável, práticas empresariais ecológicas, alimentos e bebidas. Os projetos foram desenvolvidos, principalmente, por pequenas empresas com conceitos inovadores que necessitavam de capital inicial para a concretização do seu potencial de crescimento.

Um estudo recente mostrou que o investimento nestas PME ecológicas que trabalham na área das tecnologias inovadoras do ponto de vista ambiental está a produzir retornos acima da média, criando postos de trabalho valiosos e atenuando, igualmente, os impactos ambientais. O investimento dos fundos de ecoinovação da UE já apresenta um retorno 20 vezes superior ao valor investido. Por cada euro investido, os beneficiários obtiveram um retorno de 20 euros. Além disso, cada projeto apoiado gerou oito empregos permanentes a tempo inteiro adicionais. Em termos pecuniários, estima-se que o valor destas poupanças ambientais seja superior a 800 milhões de euros durante um período de cinco anos. Por outro lado, verificaram-se, igualmente, benefícios ambientais significativos no que respeita a poupança de água, redução das emissões de gases com efeito de estufa e diminuição de resíduos.

Os projetos de ecoinovação financiados abrangem um vasto leque de sectores e atividades, desde a produção de ácidos gordos ómega 3 a partir de algas, até à produção de couro sem poluição.

(1) www.enworks.com

(2) http://ec.europa.eu/regional_policy/cooperate/regions_for_economic_change/regiostars_13_en.cfm



O programa Energia Inteligente – Europa (EIE), que teve início em 2003, tem vindo a promover as políticas de eficiência energética e de energias renováveis da UE. O EIE apoia áreas como energias renováveis, edifícios eficientes em termos energéticos, indústria, produtos de consumo e transportes. Em funcionamento até 2013, o programa está aberto a todos os Estados-Membros da UE, assim como à Noruega, à Islândia, ao Liechtenstaine e à Antiga República Jugoslava da Macedónia. Está disponível um orçamento de 730 milhões de euros para o financiamento de projetos.

Especialização inteligente

A UE reconhece que muitas regiões têm as suas próprias vantagens comparativas específicas e deverão centrar a sua atenção nas mesmas. De facto, algumas regiões já possuem uma tradição de desenvolvimento de tecnologias sustentáveis e eficientes em matéria de recursos.

O contexto local e regional afigura-se agora mais importante de que nunca em termos da promoção do crescimento sustentável. Em primeiro lugar, as regiões têm conhecimento dos sistemas de inovação locais e têm a capacidade de mobilizar agentes económicos para alcançar um objetivo partilhado. Em segundo lugar, estão bem posicionadas para desenvolverem um conhecimento profundo dos ativos naturais e dos desafios ambientais locais.

Reconhece-se que não existe uma receita única para o desenvolvimento e a aplicação de estratégias que ligue o conhecimento sustentável e o conhecimento inteligente. Cada região tem de aproveitar as suas próprias oportunidades e pode recorrer ao apoio disponibilizado pela política regional da UE.

A estratégia de especialização inteligente visa identificar as principais indústrias estratégicas de cada região e concentrar aí a investigação, a inovação e as estratégias de investimento. As atividades inovadoras podem variar desde I&D de ponta até ideias inovadoras no domínio da construção, da mobilidade, do design, da gestão energética e dos modelos de negócios.

Baseiam-se nas vantagens comparativas das regiões e podem assegurar uma utilização mais eficaz dos fundos públicos.

ESTÍRIA – O VALE DE TECNOLOGIA VERDE DA ÁUSTRIA

A Áustria alberga um dos principais aglomerados de tecnologia verde do mundo – o Eco World Styria. A Estíria tem registado uma vasta concentração de empresas ambientais que remonta à década de 1970.

A agência local de apoio a empresas ajudou a desenvolver uma rede independente dedicada à promoção de projetos tecnológicos ecológicos e, em 2005, essa rede tinha-se transformado num aglomerado bem consolidado. Neste momento, cerca de 200 empresas e centros de investigação trabalham ativamente no aglomerado, dedicando-se ao desenvolvimento de soluções de engenharia ambiental do futuro.

O Eco World Styria concentra-se num modelo de cooperação entre a investigação, a indústria e os poderes públicos concebido para elevar a ecoinovação a um nível superior. O aglomerado disponibiliza às empresas um leque atrativo de serviços, incluindo apoio à estratégia do mercado, avaliação do potencial de inovação, identificação de parceiros de I&D, serviços de financiamento e procura de investidores.

O orçamento total do projeto de desenvolvimento do aglomerado durante o período de 2007-2012 ascendeu a 888 800 euros. Metade deste financiamento veio do FEDER. O sucesso do aglomerado ajudou a aumentar significativamente o nível de autofinanciamento, que corresponde, atualmente, a cerca de 40%. Aqui estão incluídas as quotas dos membros do aglomerado e as receitas provenientes de projetos e serviços.

O Eco World Styria e os seus parceiros estratégicos podem assegurar um crescimento sustentável para os clientes do aglomerado ao longo de toda a cadeia de valor nas áreas da biomassa, da energia solar, da gestão do fluxo de materiais e da água e resíduos.

Podem também ajudar as regiões a concentrarem os seus recursos num conjunto restrito de prioridades principais, em vez de dispersarem demasiado os investimentos por várias áreas e sectores.

Por exemplo, uma das prioridades da «Estratégia de Especialização Inteligente da Escócia» é o aproveitamento da sua riqueza de recursos naturais, como a energia das ondas, para a produção de energia renovável. Esta indústria já apoia mais de 11 000 postos de trabalho em toda a Escócia. Recentemente, a Finlândia aprovou uma estratégia a nível governamental para promover tecnologias limpas (ver caixa).

Energia sustentável – Eficiência energética na habitação

No próximo período de financiamento, todas as regiões terão de investir uma parte significativa do financiamento do FEDER

FINLÂNDIA – ÊNFASE NA ESPECIALIZAÇÃO DE TECNOLOGIAS LIMPAS A NÍVEL NACIONAL

A nível global, as tecnologias limpas são um dos sectores que cresce mais rapidamente. Os mercados globais têm uma dimensão de cerca de 1.600 mil milhões de euros (cerca de 6% do PIB mundial), com uma taxa de crescimento anual próxima dos 10%.

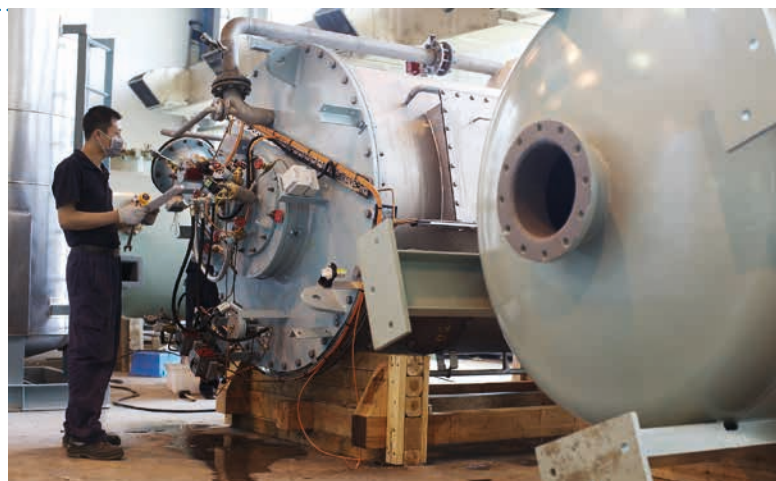
Em 2011, na Finlândia, mais de 2.000 empresas trabalhavam no sector das tecnologias limpas. O seu volume de negócios combinado (20,6 mil milhões de euros) representava 10,9% do PIB e registava um crescimento de 10,6% em relação ao ano anterior. O valor das exportações de tecnologias limpas da Finlândia é de cerca de 12 mil milhões de euros, quase 20% de todas as exportações finlandesas.

Em fevereiro de 2012, o governo finlandês lançou um Programa Estratégico para as Tecnologias Limpas com o objetivo de transformar estas tecnologias numa das prioridades da política económica da Finlândia.

A sua meta é levar à criação de 40.000 postos de trabalho no sector das tecnologias limpas na Finlândia até 2020 e duplicar o volume de negócios total das empresas dedicadas a essas tecnologias, o que representa um aumento de cerca de 20 mil milhões de euros para 40 mil milhões de euros até 2018.

Os pontos fortes do sector das tecnologias limpas finlandês incluem a produção de energias limpas, a eficiência energética da indústria transformadora e dos edifícios, os processos industriais eficientes em matéria de recursos, o tratamento de águas e a gestão e reciclagem de resíduos. As medidas do programa de Energias Limpas incluem uma redução da utilização de carvão, gás natural e eletricidade importada e um aumento da utilização de energia eólica, solar e bioenergia, uma melhoria da eficiência energética e a criação de novas empresas, a transformação da frota de veículos em veículos elétricos e a criação de incentivos.

Parte desta estratégia consiste na criação do melhor mercado interno para as empresas de tecnologias limpas finlandesas e no



auxílio à promoção do crescimento empresarial através da internacionalização.

Durante os primeiros dois anos do programa (2012-2013), a atenção centrou-se na promoção de energias limpas, da eficiência energética (através de TIC) e de uma indústria mineira amiga do ambiente como sectores-piloto, além do desenvolvimento de um ambiente operacional que suportasse o crescimento do negócio das tecnologias limpas em geral. Os contratos públicos serão utilizados para apoiar a adoção de novas soluções de tecnologias limpas. Em 2011, os contratos públicos na Finlândia ascendiam a 32,5 mil milhões de euros. O objetivo é ter, no mínimo, 1% de contratos públicos, ou seja, um valor de 325 mil milhões de euros, até ao final de 2013, para apoiar as referências do mercado nacional das empresas dedicadas às tecnologias limpas que se pretendam internacionalizar.

O programa visa promover o surgimento de 5 ou 6 centros significativos de especialistas no sector das tecnologias limpas, em especial no campo das energias limpas e da eficiência energética. Além disso, está a ser analisada a possibilidade de estabelecimento de um centro de especialistas orientado para campos específicos, como, por exemplo, a energia eólica. O governo está a promover, igualmente, a internacionalização de PME, nomeadamente em mercados em expansão: a China, a Índia, a Rússia e o Brasil. O objetivo é auxiliar 80 novas empresas no acesso aos mercados internacionais até ao final de 2018.

em energia sustentável. Além disso, o novo programa eliminará as restrições ao investimento no domínio da eficiência energética na habitação (atualmente limitado a 4% do financiamento do FEDER).

As cidades responsáveis por 70 a 80% de todas as emissões de gases com efeito de estufa são uma área vital para a introdução de soluções mais sustentáveis no âmbito da mobilidade, da energia e dos sistemas de tratamento de resíduos.

Várias cidades estão já a realizar experiências com novas abordagens e os pioneiros na adoção de estratégias de ecologização também já começaram a testemunhar os seus impactos positivos.

O sucesso na concretização desta passagem para uma economia assente num baixo nível de emissões de carbono e eficiente em termos de recursos será determinado, em grande medida, pelas decisões tomadas a nível regional e urbano.

▶ SAIBA MAIS

Ligar o crescimento inteligente e sustentável através da especialização inteligente:

http://ec.europa.eu/regional_policy/sources/docgener/presenta/green_growth/greengrowth.pdf

▶ A UNIVERSIDADE OPEN DAYS

UMA MASTER CLASS SOBRE A VISÃO A LONGO PRAZO DA POLÍTICA DE COESÃO

A Universidade OPEN DAYS é um elemento importante da 11.ª Semana Europeia das Regiões e Cidades a realizar em outubro. Ajudará a centrar as atenções nas novas investigações académicas em curso no âmbito do desenvolvimento regional e urbano.

Sob a alçada da Universidade OPEN DAYS, está a ser organizada uma série de *workshops* que permitirão que os académicos, os profissionais, os representantes da UE e outros participantes interessados troquem opiniões e testem novos conceitos académicos no domínio das políticas regionais e urbanas.

Alguns académicos e investigadores de renome no domínio da política de coesão da UE e em domínios políticos relacionados de diferentes países europeus foram convidados a realizar palestras e a participar em painéis moderados centrados na terceira prioridade temática do OPEN DAYS 2013: «Desafios e soluções»

«O meio académico desempenha um papel importante no processo de desenvolvimento da política regional, nomeadamente através de uma maior compreensão dos territórios, ao reconhecer os seus pontos fortes e as suas especificidades de governação», afirma a Professora Eduarda Marques da Costa da Universidade de Lisboa. «Promove, igualmente, grandes debates conceptuais e metodológicos, que são integrados na elaboração e na aplicação de políticas. Os académicos desenvolvem investigações aplicadas relacionadas com a avaliação do impacto e outros estudos de avaliação *ex-ante* e participam, igualmente, em investigação avançada de atualizações temáticas específicas no contexto de 2014-2020.»

Master Class

Pela primeira vez durante a Universidade OPEN DAYS, está a ser preparada uma *Master Class* em parceria com a Associação de Estudos Regionais. Esta *Master Class* será composta por uma série de seminários para 77 alunos de doutoramento/investigadores em início de carreira no campo da política regional e urbana. Os participantes serão provenientes de países da UE e de fora da UE.

A sessão de abertura da *Master Class* incidirá sobre as perspetivas da política de coesão da UE para 2014-2020. Sob o tema «Política de coesão da UE: contexto económico, desafios de governação e perspetivas», recordará a história, os fundamentos e o contexto que conduziram ao atual conjunto de reformas.

As intervenções irão examinar o impacto na política das alterações económicas e sociais que estão a ocorrer a nível mundial e serão debatidos os seguintes tópicos:

- ▶ Onde estão as novas oportunidades numa economia mundial em mutação? Existem novas forças de concentração espacial?
- ▶ Que papel desempenham os diferentes níveis do governo na recuperação e na estratégia Europa 2020?
- ▶ O que mudou em termos de território, espaço e política desde 2008 e quais são as implicações para o futuro da política de coesão da UE?

Os convidados especiais da *Master Class* incluem a Professora Eduarda Marques da Costa da Universidade de Lisboa, o Professor John Bachtler do European Policies Research Centre (Centro de Investigação das Políticas Europeias) da Universidade de Strathclyde, na Escócia, e o Professor Phil McCann da Universidade de Groningen, nos Países Baixos.



▶ SAIBA MAIS

http://ec.europa.eu/regional_policy/conferences/od2013/od_university.cfm

Prof. Eduarda Marques da Costa, Instituto de Geografia e Ordenamento do Território, Universidade de Lisboa



Nas últimas décadas, a política regional europeia tem desempenhado um papel crucial na promoção da coesão e do desenvolvimento num território em expansão. A relevância e a eficácia de políticas em diferentes países e regiões sublinham a importância dos diagnósticos estruturados e das abordagens territoriais integrativas que são tidas em consideração nas orientações da UE.

Na verdade, os desafios atuais são bastante diferentes. Exigem uma abordagem flexível, a vários níveis e multidimensional. Quando analisamos as áreas de baixa densidade, por exemplo, verificamos que os problemas não mudaram assim tanto (por exemplo, processos de envelhecimento ou uma grande dependência dos serviços públicos para garantir emprego e um processo de convergência). No entanto, as teorias de desenvolvimento regional e as políticas de convergência regional têm vindo a mudar de acordo com as abordagens territoriais e a encontrar respostas para os novos desafios e paradigmas.

Essa mesma lógica é aplicável aos territórios urbanos onde ainda subsistem algumas vulnerabilidades fundamentais ou onde estas são ainda mais intensas, devido às pressões sobre a utilização dos solos ou a conflitos ambientais. A relevância destes problemas vê-se agora agravada nas cidades alargadas, dado o contexto das alterações climáticas e os novos desafios em matéria de energia e recursos naturais.

A política regional futura após 2020 enfrentará, igualmente, desafios globais intensos, com um grande impacto nas cidades e nos territórios menos urbanizados, afetando a coesão social das regiões europeias. Neste contexto, o meio académico deve estreitar a sua relação com o processo de elaboração de políticas, aumentando os debates teóricos e metodológicos com vista a melhorar a territorialização das políticas europeias.

Prof. Henrik Halkier, Professor de Estudos Regionais e de Turismo, Universidade de Aalborg, Dinamarca



Dada a natureza dependente da trajetória da elaboração de políticas, o risco de as mesmas medidas serem aplicadas em regiões distintas da Europa é óbvio, sobretudo no que diz respeito aos programas da UE que, por força das circunstâncias, têm de cumprir um conjunto normalizado de regras e regulamentos. Ao demonstrar o caráter específico do local das questões relacionadas com o desenvolvimento, o meio académico pode dar um importante contributo para tornar as intervenções políticas mais relevantes, eficazes e eficientes.

Por muitas e boas razões, está a ser colocada uma grande ênfase no aumento do impacto das intervenções políticas através da monitorização e da avaliação. Estes esforços são limitados pela compreensão teórica das relações causa-efeito nos processos de desenvolvimento e, de facto, pelos dados facultados aos decisores políticos. O meio académico pode dar o seu contributo através do reforço da compreensão teórica dos processos de desenvolvimento e da criação de novas formas de avaliação do impacto das intervenções públicas.

Após 2020, duas das principais questões às quais deverá ser dada uma maior atenção no que respeita ao desenvolvimento da política regional a longo prazo na Europa são:

- ▶ A importância crescente no âmbito da inovação da combinação de diferentes tipos de conhecimento e da aproximação de diferentes práticas sociais para além das fronteiras existentes. Apesar de as atividades laboratoriais de I&D tradicionais continuarem a ser importantes, é necessário abordar as questões mais abrangentes da inovação dentro e entre as organizações, também no que diz respeito aos serviços públicos e privados e, obviamente, em relação a regiões e localidades menos desenvolvidas.
- ▶ É necessário reconhecer a importância das ligações extrarregionais entre as empresas e as instituições públicas, para que as empresas locais possam ter o apoio necessário para trabalharem, por exemplo, com a instituição académica mais relevante, independentemente de esta estar localizada na mesma região, no mesmo país ou no mesmo continente.



▶ O FEDER NO SECTOR IMOBILIÁRIO

O FINANCIAMENTO OBTÉM BENEFÍCIOS «TANGÍVEIS E POSITIVOS»

Projetos de habitação apoiados pelo FEDER em Talin, Estónia (acima e abaixo).

Um novo estudo sobre as intervenções no sector imobiliário apoiadas pelo FEDER no período de programação 2007-2013 aponta para um efeito positivo em várias frentes. Tendo em conta a complexidade e a diversidade das questões com que é necessário lidar na UE, as ações futuras deverão visar uma abordagem integrada combinada com um quadro eficaz e um envolvimento mais ativo em todos os níveis de governo.

Há mais de 20 anos que a UE tem vindo a apoiar a reabilitação urbana e o ambiente citadino através de vários programas. A aplicação dos recursos do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) em intervenções no sector imobiliário tem sido expressamente permitida desde 2007.

De facto, o período 2007-2013 assistiu à integração da «dimensão urbana» na política de coesão e, conseqüentemente, todas as áreas urbanas se tornaram potenciais beneficiárias dos Fundos Estruturais e de Investimento da UE.

Por iniciativa do Parlamento Europeu, foi realizado um estudo em toda a UE⁽¹⁾ para avaliar a forma como o FEDER foi utilizado em alguns dos primeiros projetos de habitação do período de financiamento 2007-2013 e para identificar o papel mais eficaz que desempenhará no futuro.

(1) Investimentos na habitação apoiados pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional 2007-2013, Habitação e revitalização urbana sustentável.



TALIN, ESTÓNIA

Poupança energética na habitação social

Talin recorreu ao FEDER para renovar as suas habitações sociais e os seus lares de acolhimento de crianças. Estão a ser construídos nove edifícios altamente eficientes do ponto de vista energético, situados em diferentes zonas da cidade, que proporcionam um melhor ambiente residencial aos habitantes e permitem um maior nível de qualidade do apoio social dentro dos edifícios.

LA FORÊT, FRANÇA

A luta contra a pobreza energética numa zona desfavorecida

Este projeto está a reabilitar 446 apartamentos de habitação social (oito edifícios construídos em 1965-1970) com um elevado consumo energético. O projeto tem como objetivo combater a pobreza energética e reabilitar um bairro socialmente desfavorecido. Os apartamentos estão a ser convertidos em apartamentos de baixo consumo, que melhorarão a qualidade de vida e a segurança dos habitantes, bem como a imagem do bairro.

Problemas de habitação na UE

Por toda a UE, subsistem ainda desafios significativos para lidar com habitações de má qualidade, inacessíveis e de baixa eficiência energética. Estes problemas tendem a ser complexos e a estar profundamente enraizados, mas diferem consideravelmente entre os Estados-Membros.

Os problemas de habitação nas cidades da Europa ocidental concentram-se, frequentemente, nos arranha-céus e resultam da utilização de materiais de má qualidade e de problemas de concepção. Os problemas daí resultantes concentram-se em áreas deterioradas nos limites das cidades ou em zonas tradicionalmente construídas nos centros das cidades.

A partir de 2007, os «novos Estados-Membros», que aderiram à UE em 2004 ou posteriormente, puderam utilizar o FEDER para financiar projetos relacionados com a habitação. Estes países apresentam grandes complexos residenciais construídos no período pós-guerra, que são encarados como problemas urbanos significativos. Segundo o estudo, sem uma intervenção abrangente, muitos complexos residenciais iriam deteriorar-se rapidamente, criando guetos para a população pobre dos meios urbanos e uma grande procura de habitações familiares nos subúrbios.

Desde 2009, todos os Estados-Membros da UE puderam utilizar os fundos do FEDER em investimentos relacionados com eficiência energética ou energias renováveis.

Abordagem integrada

Para além de uma análise à literatura e política, este estudo observou em detalhe dez intervenções no sector imobiliário apoiadas pelo FEDER. A análise mostrou a forma como o FEDER promoveu abordagens integradas orientadas para as necessidades habitacionais, energéticas e socioeconómicas das comunidades desfavorecidas.

As intervenções do FEDER no sector imobiliário demonstraram benefícios tangíveis e positivos, nomeadamente no que diz respeito à eficiência energética e a faturas energéticas mais baixas. As partes interessadas também expressaram uma opinião relativamente positiva quanto aos impactos dos projetos em aspetos relacionados, como a criação de emprego e a saúde.

No entanto, apenas alguns projetos conseguiram abordar estas três questões em simultâneo. Alguns eram, na prática, «unidimensionais», visando apenas melhorias energéticas; outros incluíam alguns elementos sociais. O estudo constatou que os projetos são mais eficazes quando são encarados como uma resposta integrada e quando as políticas nacionais incentivam a associação dos programas do FEDER a outras intervenções. A liderança política local e regional também pode ser um fator importante.

É importante sublinhar que o FEDER não é a única fonte de financiamento europeia para o sector imobiliário. O Banco Europeu de Investimento (EIB) disponibiliza apoio financeiro baseado em empréstimos para a habitação na UE há algum

tempo. Este apoio financeiro é utilizado na reabilitação urbana, onde a habitação social é um aspeto importante.

Conclusões

A conclusão geral que se pode tirar deste estudo é que o financiamento de programas de habitação através do FEDER faz uma diferença positiva em várias frentes. Na prática, existem várias abordagens à intervenção no sector imobiliário que podem obter um leque de impactos reais e tangíveis. Frequentemente, as intervenções relacionadas com a eficiência energética são muito positivas do ponto de vista social, uma vez que ajudam a reduzir as faturas energéticas.

O FEDER alcançou um grande progresso no que respeita à resolução do problema da acessibilidade da habitação e da energia. A maioria dos projetos disponibiliza, de forma direta ou indireta, assistência financeira aos habitantes para que estes possam suportar, por exemplo, os custos da colocação de novas janelas ou de isolamento nos telhados.

Existem várias questões que influenciam o âmbito de apoio dos projetos de habitação do FEDER às comunidades mais desfavorecidas. Estas questões sugerem a necessidade de adoção de medidas específicas para ajudar os agregados familiares com rendimentos mais baixos a acederem às atividades apoiadas pelo FEDER.

Apesar de a habitação continuar a ser da responsabilidade dos Estados-Membros da UE, o FEDER pode desempenhar um papel importante na promoção da habitação sustentável, para ajudar a reduzir o consumo de energia e avançar em direção a uma economia assente num baixo nível de emissões de carbono, assim como para ajudar a promover a inclusão social.

As intervenções relacionadas com a habitação devem ser realizadas com recurso a uma abordagem integrada, procurando lidar com os desafios económicos, sociais e ambientais. Por exemplo, apesar de o objetivo de uma intervenção relacionada com a eficiência energética ser, principalmente, reduzir o consumo de energia em edifícios individuais, é aconselhável que sejam tidos em consideração outros problemas dos bairros desfavorecidos a par da dimensão energética.

O estudo conclui que este esforço poderá ter um maior êxito no próximo período de financiamento, se a flexibilidade da legislação da política de coesão 2014-2020 for combinada com um quadro eficaz, um planeamento prévio e um envolvimento ativo em todos os níveis do governo.

▶ SAIBA MAIS

http://ec.europa.eu/regional_policy/sources/docgener/studies/pdf/housing/2013_housing_study.pdf

http://ec.europa.eu/regional_policy/information/studies/index_en.cfm#1

▶ AGRUPAMENTO EUROPEU DE COOPERAÇÃO TERRITORIAL

CLARIFICAÇÃO E SIMPLIFICAÇÃO DO INSTRUMENTO JURÍDICO CRIADO EM 2006

Sete anos após a sua aprovação, o Regulamento sobre o Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial (AECT) está a ser alterado e a sua utilização será ainda mais apelativa graças a uma série de clarificações e simplificações.

Quando Jan Olbrycht, o Relator do Parlamento Europeu em 2006, explicou o que era um AECT, afirmou simplesmente: «Um AECT é um AECT!» No entanto, o que se pensava que iria dar flexibilidade aos Estados-Membros é agora encarado como não sendo suficientemente claro.

Em alguns Estados-Membros, quando foram aprovadas leis nacionais para aplicar o regulamento da UE, o AECT foi assimilado a entidades jurídicas já existentes – o «syndicat mixte» na França ou a «Zweckverband» na Alemanha, dois organismos públicos, ou a uma associação sem fins lucrativos de direito privado, etc. – e o regulamento alterado continuará a deixar a escolha da atribuição do estatuto de direito público ou privado a um AECT ao critério dos participantes. Mas qual é a situação atual dos cerca de 35 AECT criados⁽¹⁾, que abrangem 19 Estados-Membros, envolvem mais de 650 autoridades/organismos locais e regionais e afetam a vida de cerca de 30 milhões de cidadãos europeus em regiões fronteiriças?

Um instrumento jurídico para autoridades e organismos subnacionais

Os Estados-Membros e as autoridades centrais podem cooperar com base na sua soberania. As autoridades regionais e locais ou outros organismos públicos podem cooperar dentro de um Estado-Membro: as autoridades locais criam um organismo conjunto para fazer a gestão dos transportes públicos, dos resíduos, da energia, da água, da cultura, etc. O ponto de partida para o Regulamento do AECT é simples: as atividades que esses organismos subnacionais estão normalmente autorizados a exercer num contexto nacional deverão poder ser exercidas pelos mesmos além-fronteiras dentro da União Europeia. Esta cooperação deveria ser normal numa União e 20 anos após a introdução do Mercado Único. Em 1980, o Conselho

da Europa propôs uma Convenção-Quadro para a Cooperação Transfronteiriça⁽²⁾ entre Comunidades ou Autoridades Territoriais, mas muitos Estados-Membros ainda não ratificaram a Convenção em causa, nem os seus três Protocolos adicionais, ou celebraram acordos bi/trilaterais com os países vizinhos. Com a revisão do Regulamento do AECT, que foi amplamente adotada pelos co-legisladores, essa cooperação será explicitamente possível para lá das fronteiras externas da UE: por exemplo, entre a França e a Suíça, entre regiões ultraperiféricas e os seus vizinhos (países terceiros ou países e territórios ultramarinos) e entre a Polónia, a Lituânia e Kaliningrado.

Um mecanismo de aprovação mais rápido e simples

Ainda assim, alguns Estados-Membros consideram esta cooperação como política externa, mesmo ocorrendo no interior da União, e insistiram num procedimento de aprovação rigoroso. O prazo de três meses para a aprovação da participação de uma autoridade/organismo num AECT e da Convenção e Estatutos foi amplamente excedido. A revisão permite um prazo de seis meses e, caso um Estado-Membro não tenha enviado observações fundamentadas até ao final deste prazo, considera-se que a aprovação foi tacitamente concedida. No entanto, isto não se aplica ao Estado-Membro onde o AECT será registado como uma entidade jurídica.

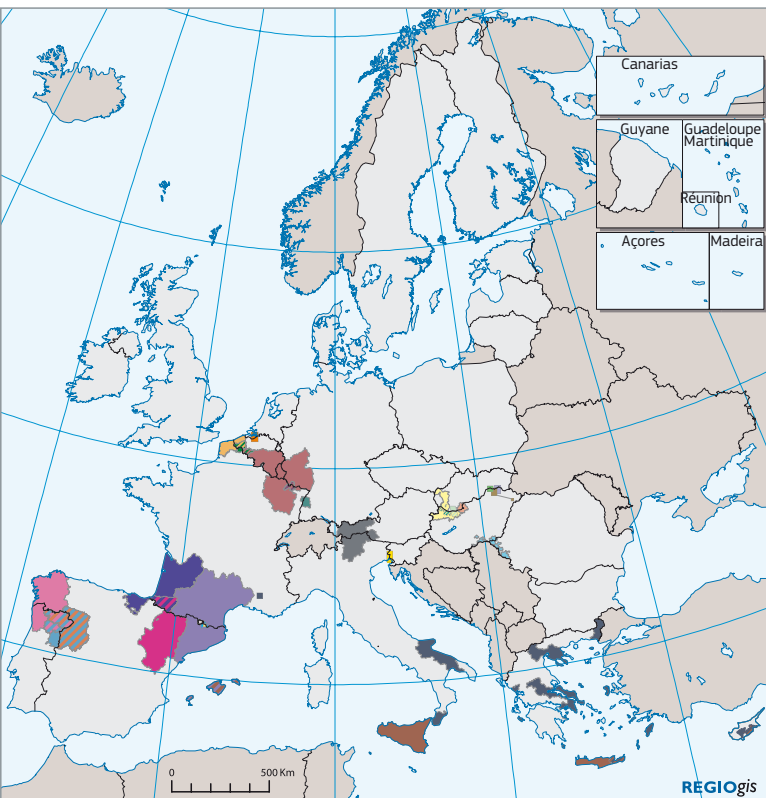
Outra clarificação importante diz respeito aos Estatutos, ou seja, o documento que define os regimes de trabalho prático internos. Anteriormente, os Estados-Membros estavam autorizados a avaliar os Estatutos na sua plenitude, a par da Convenção. Agora, estão autorizados apenas a avaliar se os Estatutos estão em conformidade com a Convenção (o documento fundador). Foi estabelecido um procedimento de aprovação mais simples, sob determinadas condições, quando a única alteração a uma Convenção já aprovada for a adesão de novos membros.

Um âmbito mais vasto para os AECT

As revisões clarificam que o instrumento do AECT pode facilitar e promover a cooperação territorial e realizar ações de cooperação territorial específicas, sobretudo, mas não exclusivamente, no âmbito do objetivo da cooperação territorial europeia (CTE).

(1) No início de julho de 2013, o Comité das Regiões tinha conhecimento da criação de 37 AECT: <https://portal.cor.europa.eu/egtc/en-US/Register/Pages/FR.aspx>

(2) <http://conventions.coe.int/Treaty/Commun/QueVoulezVous.asp?CL=FRE&NT=106>



▶ Agrupamentos Europeus de Cooperação Territorial

- Lille-Kortrijk-Tournai
- Ister-Granum
- Galicia-Norte de Portugal
- Amphictyony / AMΦIKTYONIA / Anfizionia
- UTTS
- Karst Bodva
- Duero-Douro
- West-Vlaanderen / Flandre-Dunkerque-Côte d'Opale
- ArchiMed
- Eurodistrict Strasbourg-Ortenau / Eurodistrikts Strasbourg-Ortenau
- Hôpital Transfrontalier de la Cerdagne / Hospital Transfrontarar de la Cerdanya
- Eurorégion Pyrénées-Méditerranée / Eurorégion Pirineos-Mediterráneo / Euroregió Pirineus Mediterrània
- ZASNET
- INTERREG Programme Grande Région
- Eurodistrikt Saarmoselle / Eurodistrict Saarmoselle
- Abauj az Abaujban
- Pons Danubii
- Bánát-Triplex Confinium
- Linieland van Waas en Hulst
- Arrabona
- Euroregion Tirol – Alto Adige – Trentino
- Gorizia – Nova Gorica – ŠempeterVrtojba
- Espacio Portalet
- Pirineus-Cerdanya
- Rába-Duna-Vág
- Europrégion Aquitaine-Euskadi

Para citar o Comité das Regiões: «O AECT oferece “a possibilidade de incluir diferentes níveis institucionais numa única estrutura de cooperação” e, deste modo, “abre o caminho a novas formas de governação a vários níveis, permitindo que as autoridades locais e regionais europeias possam tornar-se forças motrizes na elaboração e aplicação das políticas da UE, contribuindo para uma governação europeia mais aberta, participativa, democrática, responsável e transparente.”»

Até agora, apenas um AECT foi criado como uma autoridade de gestão de um programa CTE (*Grande Région* – cooperação entre fronteiras no Luxemburgo). Alguns dizem respeito a redes, enquanto a maioria abrange territórios maiores ou menores dentro das fronteiras internas, que desenvolvem uma estratégia conjunta e recorrem a diferentes programas da CTE ou a outros programas da UE que exigem a cooperação (por exemplo, o Life+ ou o Erasmus para Empreendedores) para a apresentação de projetos individuais. No futuro, os AECT poderão implementar, igualmente, apenas parte de um programa, seja sob a alçada da CTE ou da cooperação interregional ao abrigo do objetivo de Investimento no Crescimento e no Emprego (ICE) ou mesmo ambos (por exemplo, para aplicar um Investimento Territorial Integrado ou um Plano de Ação Conjunta, inspirando-se na CTE em termos de governação e no ICE em termos de investimentos em infraestruturas e pessoas).

Regras mais claras para a implementação

Os AECT serão capazes de criar e gerir infraestruturas e serviços. Neste contexto, a Assembleia do AECT poderá definir os termos e condições de utilização da infraestruturas ou de um serviço de interesse económico geral, incluindo

as tarifas e as taxas pagas pelos utilizadores. As regras nacionais aplicáveis a estas atividades serão indicadas na Convenção, proporcionando uma maior transparência jurídica aos utilizadores.

A criação de alguns AECT sofreu atrasos devido a problemas jurídicos aplicáveis ao seu pessoal e alguns AECT foram criados sem terem o seu próprio pessoal. Uma declaração conjunta anexada ao Regulamento de alteração irá clarificar a interpretação das condições que os AECT estão autorizados a estabelecer na respetiva Convenção. O ponto de partida é a escolha do próprio AECT. Com base nas opções determinadas na Convenção, um membro individual do AECT continuará a poder escolher entre uma das opções disponibilizadas: direito privado ou direito público, que, em princípio, deverá ser o do país onde esse membro trabalha, independentemente do território onde o AECT está registado.

É atribuído, igualmente, um papel de maior destaque aos AECT na totalidade do pacote legislativo e estão previstas algumas disposições específicas tanto nos Regulamentos das Disposições Comuns como nos Regulamentos da CTE, o que funciona como um estímulo a este instrumento, que demonstrará o seu valor acrescentado e a sua maturidade no próximo período de programação.

▶ SAIBA MAIS

Manual do INTERACT sobre o AECT:
www.interact-eu.net/news_publications/new_egtc_handbook/174/1547

▶ REFORÇO DE CAPACIDADES

DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS E CAPACIDADES PARA UTILIZAR EM PLENO OS FUNDOS ESTRUTURAIS E DE INVESTIMENTO

A capacidade de absorver e utilizar os Fundos Estruturais e de Investimento da União Europeia é limitada, em parte, pela capacidade organizacional das autoridades nacionais e regionais dos Estados-Membros. A Comissão Europeia está a empreender um novo esforço para expandir as competências, as capacidades e as ferramentas operacionais dos Estados-Membros, de modo a permitir um maior investimento dos Fundos Estruturais e de Investimento e uma melhoria da qualidade da despesa.

A falta de competências e de ferramentas ao nível das administrações nacionais e regionais é um dos obstáculos «invisíveis» à aplicação dos vastos recursos dos Fundos Estruturais e de Investimento. É amplamente reconhecido que muitos dos problemas associados à aplicação dos Fundos advêm da capacidade de gestão dos mesmos por parte das autoridades dos Estados-Membros e regiões. O investimento de recursos financeiros significativos nas regiões europeias exige um elevado nível de organização, competência e envolvimento. Para se alcançar um nível elevado de absorção dos Fundos Estruturais e de Investimento e assegurar uma ocorrência reduzida de erros de execução, é necessário realizar um esforço bem direcionado para criar a capacidade adequada.

Grandes divergências no desempenho

Em toda a UE, existem, de facto, grandes divergências no desempenho relativo à capacidade de absorção, à eficiência e à eficácia dos Fundos Estruturais e de Investimento. Na prática, é necessário avaliar o desempenho em termos do ciclo de vida completo dos investimentos, desde a gestão geral dos programas até à programação, execução, avaliação/monitorização e gestão e controlo financeiros. O sucesso de cada passo do ciclo de vida de execução depende de três fatores interrelacionados, nomeadamente a estrutura organizacional, os recursos humanos e os sistemas/ferramentas.

Soluções personalizadas

Os canais do processo de investimento são as administrações públicas regionais e nacionais e não existe qualquer fórmula

padrão que determine o funcionamento deste processo. A abordagem deve ser personalizada, proporcional, adequada e eficiente. São muitos os bons exemplos de como a melhoria das estruturas de governação, a aplicação de boas estratégias de recursos humanos ou o desenvolvimento de ferramentas eficazes contribui significativamente para a gestão de fundos. Atualmente, a Comissão está a levar a cabo um grande «exercício de avaliação» para identificar a natureza dos pontos de estrangulamento e onde é que estes ocorrem mais frequentemente. Esta ação permitirá identificar, país por país, onde se encontram os problemas mais comuns e desen-cadear soluções para os resolver.

Johannes Hahn, o Comissário Europeu para a Política Regional, declarou que: «Uma capacidade institucional sólida de planeamento e utilização dos fundos da UE é o cerne de uma política de coesão eficaz e, por conseguinte, essencial para a recuperação e o crescimento. Sem a devida arquitetura de gestão de fundos, baseada na estabilidade e na continuidade, e gerida pelas pessoas mais bem preparadas com as ferramentas e os sistemas mais adequados, a política de coesão não põe em prática o seu pleno potencial. Sem a capacidade administrativa adequada, as taxas de absorção são baixas, as taxas de erro são elevadas e o impacto geral dos investimentos é inferior ao que deveria ser. Neste tempo de dificuldades financeiras, não é aceitável para ninguém que o financiamento público não seja utilizado da forma mais eficaz para dar à Europa e aos seus cidadãos uma oportunidade de regressarem ao caminho do crescimento, do emprego e dos melhores níveis de vida possíveis.»

Com base neste exercício de avaliação, é possível iniciar um trabalho de natureza mais operacional para desenvolver ferramentas e soluções destinadas a resolver estas questões.

Áreas problemáticas

A capacidade administrativa de gestão dos Fundos Estruturais e de Investimento depende de várias questões essenciais:

- ▶ a «arquitetura» existente (mecanismos de coordenação, tomada de decisões em matéria orçamental, etc.);
- ▶ recursos humanos (volume e nível de competência das pessoas);
- ▶ procedimentos e ferramentas.



Para que os Fundos sejam aplicados de forma eficaz, é necessário que todos os elementos destes três aspetos funcionem corretamente.

Estrutura

É necessário ter em consideração a arquitetura básica da organização administrativa, tendo em conta o número de programas operacionais. Deve existir uma atribuição clara de responsabilidades e tarefas às principais instituições. É necessário considerar outras questões, como o nível de subdelegação, a eficiência dos comités de monitorização e a gestão de parcerias com as partes interessadas/ONG, etc.

Recursos humanos

Assegurar a disponibilidade atempada de pessoal experiente, qualificado e motivado é um fator essencial para o sucesso. O processo exige descrições adequadas de funções, com a definição de tarefas e responsabilidades, e estimativas precisas do número e das qualificações do pessoal necessário. As condições no sistema administrativo devem ser favoráveis ao recrutamento e à permanência desses profissionais. Deverá existir o mínimo possível de intervenção política na gestão dos recursos humanos.

Sistemas e ferramentas

Para melhorar a eficiência do funcionamento do sistema, deverão estar disponíveis as ferramentas de trabalho adequadas. Estas devem abranger questões como a documentação sobre métodos, diretrizes, manuais, sistemas, procedimentos, formulários, etc. Estes sistemas e ferramentas conseguem transformar o conhecimento existente na mente dos indivíduos em conhecimento explícito que pode ser partilhado entre organizações. Deverão ser realizados esforços para reduzir a vulnerabilidade das organizações, como quando elementos principais do pessoal abandonam a sua função, e, conseqüentemente, reduzir o risco de mau funcionamento e melhorar a eficiência geral.

Ferramentas horizontais

Muitos Estados-Membros deparam-se com problemas comuns e é importante que as ferramentas «horizontais» comuns estejam à disposição de todos. Estas ferramentas podem incidir em problemas comuns, como a gestão de contratos públicos, a corrupção, a capacidade de desenvolvimento de projetos nos níveis inferiores do governo, etc. Podem incluir, igualmente, ferramentas específicas de um país a que os Estados-Membros possam aceder para darem resposta às suas próprias necessidades.

«Geminação» das melhores práticas

Uma das abordagens que está a ser considerada é a criação de um sistema de «geminação» através do qual os Estados-Membros possam aceder aos conhecimentos especializados de profissionais de outros países onde os sistemas e/ou ferramentas estão mais avançados ou melhor desenvolvidos. A abordagem da Comissão baseia-se amplamente na partilha de mensagens positivas e na capacitação e incentivo dos Estados-Membros para partilharem boas práticas de uma forma muito mais abrangente do que acontece atualmente. A Comissão está a tentar ser um catalisador neste processo, recolhendo boas práticas e disponibilizando-as facilmente aos outros. O objetivo principal é alcançar um maior nível de absorção dos fundos e uma redução das taxas de erro, sendo a eliminação dos pontos de estrangulamento ao nível administrativo um dos principais fatores para alcançar esse objetivo.

Centro de competências

Para ajudar a alcançar este objetivo, a Comissão criou uma unidade especializada, o «Competence Centre for Administrative Capacity» (Centro de competências para a capacidade administrativa). O seu programa de trabalho tem dois objetivos a curto prazo:

- ▶ realizar um exercício de avaliação para elaborar ficheiros relativos à situação de cada país e eliminar os problemas comuns;
- ▶ facultar orientação às administrações nacionais no que diz respeito às negociações sobre a capacidade administrativa e a utilização de assistência técnica para o período de 2014-2020.

Dispõe de objetivos a longo prazo para desenvolver instrumentos e apoio personalizado para Estados-Membros e regiões específicos e conceber «soluções sistémicas», que serão disponibilizadas a todos os Estados-Membros e regiões.

Durante o Open Days 2013, será dedicado um *workshop* a estas questões sob o tema «Os segredos da gestão de fundos da UE – ou a capacidade administrativa como um ingrediente essencial para uma implementação eficaz e eficiente dos Fundos Estruturais e de Investimento Europeus».



Tianjin Harbour, China

▶ A CHINA, O JAPÃO E A UE

UMA APRENDIZAGEM MÚTUA
EM MATÉRIA DE QUESTÕES
REGIONAIS E URBANAS

A China, o Japão e a UE enfrentam vários desafios comuns no domínio do desenvolvimento regional e urbano sustentável. Com vista a melhorar a cooperação regional e local entre eles e a promover uma aprendizagem mútua, a Direção-Geral da Política Regional e Urbana, com o apoio do Parlamento Europeu, deu início a várias ações que envolvem funcionários de alto nível na China e no Japão (assim como com outros parceiros estratégicos da UE) em 2009. Estas ações incluíram o intercâmbio de informação e melhores práticas, seminários e *workshops* sobre questões relacionadas com a política.

Diálogo regional entre a China e a UE

Em 2006, a Comissão Europeia e a Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma da China lançaram um programa de reuniões de alto nível e atividades de cooperação após a assinatura de um Memorando de Entendimento sobre cooperação em matéria de política regional. Este programa assumiu a forma de estudos, visitas, formações, seminários e *workshops*, alternadamente na China e na Europa, para promover a aprendizagem e o intercâmbio de informações e experiências em matéria de política regional.

De facto, as cidades da Europa e da China enfrentam um desafio duplo na área do desenvolvimento urbano: como melhorar a competitividade e responder, simultaneamente, às exigências sociais e ambientais. Em 2011, a China transpôs um limiar simbólico com a expansão das suas cidades ao ponto de representarem metade da população nacional.

Aproveitando a ocasião do «Eighth High-Level EU-China Seminar» (Oitavo seminário de alto nível entre a UE e a China), que se realizará em Bruxelas no Open Days de Cidades e Regiões 2013, as duas partes abordarão questões-chave relacionadas com o desenvolvimento urbano, nomeadamente: a melhoria das condições de vida da população urbana e a melhoria das infraestruturas locais de energia, transportes e comunicação. Algumas sessões específicas analisarão boas práticas e oportunidades de cooperação entre as regiões chinesas e as regiões da UE no domínio da promoção de um desenvolvimento territorial urbano-rural mais integrado e do apoio a sistemas de inovação regional.

À semelhança do que aconteceu em seminários anteriores, o evento fornece uma plataforma para que os participantes troquem opiniões sobre experiências concretas relacionadas com a política regional. Esta agenda inscreve-se no âmbito das conclusões do anterior «High Level Seminar on Regional Policy» (Seminário de alto nível sobre a política regional), que se realizou na China, na cidade de Guangzhou, Província de Guangdong, em dezembro de 2012.

O evento de dois dias em Guangzhou reuniu oradores de alto nível da Comissão Europeia e de determinadas regiões da Europa e, do lado da China, oradores do governo nacional e das principais autoridades provinciais (Guangdong, Hunan, Sichuan e Guizhou). Entre os participantes encontravam-se várias personalidades de alto nível das administrações regionais e delegados dos gabinetes de desenvolvimento e reforma de várias cidades.

As sessões, às quais assistiram cerca de 90 participantes da China e da Europa, concentraram-se no desenvolvimento urbano sustentável e nas interligações entre a cidade e o campo.

Abrir portas na Europa

Em 2010, a Comissão Europeia lançou o CETREGIO, uma série de formações sino-europeias sobre política regional. O programa visa reforçar as interligações entre as regiões europeias e chinesas que, por seu turno, podem ser ainda mais desenvolvidas numa base bilateral, inclusive na importante área das relações comerciais.

A formação foi organizada de forma a incluir sessões de informação com a duração de duas semanas em, pelo menos, três Estados-Membros da UE, incluindo palestras em seminários e visitas no terreno a exemplos de melhores práticas em áreas de intervenção selecionadas. Desde 2010, mais de 120 decisores regionais de todas as 31 províncias chinesas conseguiram partilhar experiências e visitar casos de melhores práticas em mais de 40 regiões de 12 Estados-Membros da UE, selecionadas para representar a sua diversidade geográfica.

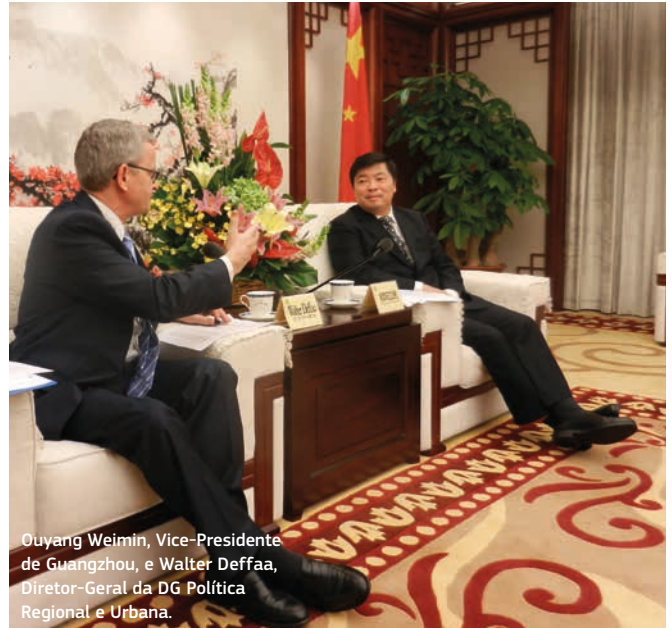
Os delegados chineses são, na sua maioria, especialistas seniores nas respetivas áreas e representam a ampla diversidade do desenvolvimento regional na China. O CETREGIO disponibiliza aos especialistas regionais chineses uma fonte de referência para a criação das suas próprias políticas de desenvolvimento regional.

Programa de intercâmbio entre a UE e o Japão

Em 2012, a UE e algumas cidades japonesas iniciaram um processo descentralizado de intercâmbio de experiências e melhores práticas sobre questões de desenvolvimento urbano.

O Japão e a UE enfrentam muitos desafios comuns no domínio do desenvolvimento urbano sustentável e, através deste programa, estão a partilhar experiências sobre tópicos como a «cidade compacta», o desenvolvimento sustentável e a competitividades das grandes cidades.

Em maio de 2012, o Ministério do Território, das Infraestruturas, dos Transportes e do Turismo (MLIT) do Japão e a Direção-Geral da Política Regional e Urbana da Comissão Europeia co-organizaram, em Tóquio, um seminário sobre desenvolvimento



Ouyang Weimin, Vice-Presidente de Guangzhou, e Walter Deffaa, Diretor-Geral da DG Política Regional e Urbana.

urbano. Este seminário reuniu um leque de especialistas, incluindo altos representantes das cidades de Estocolmo, Leipzig e Turim, do lado da UE, e Kanazawa, Kitakyushu e Kumamoto, do lado do Japão.

O seminário de Tóquio concentrou-se em tópicos de especial interesse para o Japão e para cada uma das cidades europeias representadas: reabilitação urbana e transportes urbanos (com Leipzig, Alemanha), cidades com baixo nível de emissões de carbono (Estocolmo, Suécia) e apoio a indústrias culturais e criativas enquanto motores de desenvolvimento urbano (Turim, Itália). Ambas as partes pretendem que estas reuniões de contacto, patrocinadas pelo MLIT e pela UE, iniciem um processo descentralizado de intercâmbio de experiências e de melhores práticas nos anos vindouros entre as cidades interessadas nos temas do desenvolvimento urbano.

Como seguimento deste seminário, durante o Open Days 2013 em Bruxelas, será organizado um *workshop* subordinado ao tema «Posicionar o desenvolvimento urbano num contexto internacional: o programa de intercâmbio entre a UE e o Japão sobre desenvolvimento urbano sustentável».

Estes exemplos confirmam o interesse crescente das regiões e cidades fora da UE na cooperação em matéria de política de desenvolvimento regional e urbano. O Parlamento Europeu e o Comité das Regiões mostraram-se bastante interessados nesta área, assim como em trabalhar com a Comissão na promoção de uma cooperação descentralizada à escala global.

▶ SAIBA MAIS

http://ec.europa.eu/regional_policy/cooperate/international/index_en.cfm



▶ ABORDAGEM MACRORREGIONAL

AS ESTRATÉGIAS PARA O DANÚBIO E O MAR BÁLTICO REVELAM OS BENEFÍCIOS

A ponte de Vidin-Calafat entre a Bulgária e a Roménia

Desde 2009, a Direção-Geral da Política Regional e Urbana tem estado envolvida numa nova abordagem para enfrentar problemas de natureza transregional. Uma nova «estratégia macrorregional» foi aplicada à região do Báltico e, subsequentemente, à área do Danúbio. A Comissão Europeia acabou de publicar o primeiro relatório de progresso, que salienta a forma como esta nova abordagem macrorregional criou centenas de novos projetos e ajudou a formular objetivos de política comuns em áreas de importância vital para as regiões envolvidas. Estão a ser desenvolvidos novos planos para outras regiões.

As estratégias da UE para o Báltico e o Danúbio, que envolvem mais de 20 países da UE e de fora da UE, foram pioneiras num tipo de cooperação único, baseado no princípio de que a melhor forma de abordar os desafios comuns enfrentados por regiões específicas, sejam estes de natureza ambiental, económica ou relacionada com a segurança, é através de uma ação coletiva e de que faz sentido desenvolver planos em conjunto para garantir a utilização mais eficiente dos fundos disponíveis.

Inicialmente, foi a deterioração ambiental do Mar Báltico que despoletou a necessidade de uma resposta macrorregional concertada aos desafios e oportunidades dessa região. O resultado foi a criação da Estratégia da UE para a Região do Mar Báltico (EUERMB), adotada em 2009. A Estratégia da UE para a Região do Danúbio (EUERD) foi adotada em junho de 2011.

Estas duas estratégias visaram posicionar as questões num quadro multilateral e ultrapassar as atuais fronteiras da EU, no sentido de trabalharem em igualdade com os países vizinhos. O objetivo era incentivar os participantes a superar não só as fronteiras nacionais, mas também os obstáculos a um pensamento mais estratégico e imaginativo acerca das oportunidades disponíveis.

A abordagem fornece um quadro integrado que reúne Estados-Membros e países terceiros na mesma área geográfica, para dar resposta a desafios comuns. O principal objetivo de uma estratégia macrorregional é mobilizar novos projetos e iniciativas, sendo que esta abordagem oferece vários potenciais benefícios em termos de cooperação fortalecida que contribui para uma coesão económica, social e territorial.

Estratégia da UE para a Região do Mar Báltico (EUERMB)

Os oito países que compõem a Região do Mar Báltico (Alemanha, Dinamarca, Estónia, Finlândia, Letónia, Lituânia, Polónia e Suécia) enfrentam vários desafios comuns, que se refletem no Plano de Ação para a Estratégia acordado em conjunto.

Aqui inclui-se uma série de áreas prioritárias, sendo que cada uma se faz acompanhar por projetos emblemáticos concretos, assim como metas e indicadores claramente identificados. A Estratégia ajuda a mobilizar todos os fundos e políticas da UE relevantes e a coordenar as ações da União

Europeia, dos países da UE, das regiões, das organizações pan-bálticas, das instituições de financiamento e dos organismos não governamentais para a promoção de um desenvolvimento mais equilibrado da Região do Mar Báltico. A Estratégia incentiva, igualmente, a cooperação com países vizinhos, incluindo a Rússia e a Noruega.

Os projetos abrangem três objetivos principais: «Salvar o mar», «Ligar a região» e «Aumentar a prosperidade». Os projetos emblemáticos ao abrigo deste programa incluem:

- ▶ O projeto «**Baltic Deal**» trabalha com agricultores para reduzir as perdas de nutrientes das explorações agrícolas e manter a produção e a competitividade.
- ▶ O projeto «**Efficient, Safe and Sustainable Traffic at Sea**» (**EfficienSea**) transforma a Região do Mar Báltico numa região-piloto para a *e-Navigation* (navegação eletrónica), através da elaboração e ensaio de infraestruturas e serviços para a *e-Navigation* e da ampla partilha de boas práticas.
- ▶ O projeto «**Baltic Manure**» transforma o problema ambiental do estrume numa oportunidade para a inovação empresarial. Este projeto produz energias renováveis e fertilizantes orgânicos.
- ▶ O «**BSR Stars**» visa fomentar a competitividade e o crescimento regional através de ligações transnacionais de investigação e inovação, enfrentando desafios comuns em áreas como a saúde, a energia e o transporte sustentáveis.

Estratégia da UE para a Região do Danúbio (EUERD)

A EUERD abrange nove países da UE (Alemanha, Áustria, Bulgária, Croácia, Eslovénia, Hungria, República Checa, República Eslovaca e Roménia) e cinco países de fora da UE (Bósnia e Herzegovina, Moldávia, Montenegro, Sérvia e Ucrânia).

A importância da bacia do Danúbio para a UE não deve ser subestimada. As políticas e os investimentos aplicados à bacia através da política de coesão da UE, em especial, afetam os meios de subsistência de 20 milhões de cidadãos. Representam uma política bem direcionada para responder às necessidades ecológicas, socioeconómicas e de transporte da região.

A Estratégia da UE para a Região do Danúbio tem quatro pilares principais: «Ligar a região», «Proteger o ambiente», «Promover a prosperidade» e «Fortalecer a região».

Alguns dos principais projetos incluem:

- ▶ A conclusão da **Ponte de Vidin-Calafat** entre a Bulgária e a Roménia, uma ligação essencial numa via prioritária da Rede Transeuropeia de Transportes (RTE-T). Esta ponte é apenas a segunda ao longo do troço de 630 km de rio na fronteira.
- ▶ O projeto «**Danube Shipwreck Removal**» tem por objetivo remover os navios naufragados do Danúbio, Sava e Tisa na Sérvia, Roménia e Bulgária para melhorar a navegação e as condições ecológicas.

RUMO A UMA ESTRATÉGIA DA UE PARA A REGIÃO DO ADRIÁTICO E DO JÓNICO (EUERAJ)

No Conselho Europeu de 14 de dezembro de 2012, os Chefes de Estado e de Governo da UE convidaram a Comissão Europeia a avançar com uma proposta para uma nova Estratégia Macrorregional para a Região do Adriático e do Jónico antes do final de 2014.

A EUERAJ, que se baseia na Estratégia Marítima para o Mar Adriático e o Mar Jónico adotada pela Comissão em 2012, abrangerá oito países: quatro Estados-Membros da UE (Croácia, Eslovénia, Grécia e Itália) e quatro países de fora da UE (Albânia, Bósnia e Herzegovina, Montenegro e Sérvia). Esta estratégia promoverá a prosperidade económica e social da região, melhorando a sua atratividade, competitividade e conectividade. A EUERAJ terá em conta o trabalho já realizado pela Iniciativa Adriático-Jónica que, em 2000, reuniu os mesmos países da região em torno de alguns objetivos comuns.

Durante a Presidência grega do Conselho da UE, será organizado um grande evento em Atenas, a 6 e 7 de fevereiro de 2014, onde serão apresentados os resultados das vastas consultas às partes interessadas sobre os pilares da Estratégia. Pretende-se criar uma estratégia orientada, com objetivos comuns pragmáticos, realistas e mensuráveis que reforçarão a complementaridade, a coerência e a colaboração na região. Espera-se que a aprovação formal aconteça no segundo semestre de 2014, durante a Presidência italiana do Conselho da UE.

A implementação da EUERAJ será auxiliada pelo programa de cooperação transnacional que apoiará a cooperação a todos os níveis nos países abrangidos pela Estratégia.

- ▶ O «**Danube Region Business Fórum**» constitui uma importante plataforma de ligação em rede para mais de 300 PME. Incentiva reuniões entre empresas e apoia as ligações a fornecedores de conhecimentos, como institutos de investigação e universidades.
- ▶ Foram iniciados os trabalhos para a criação de um **Fundo de investigação e inovação do Danúbio**, reunindo fundos nacionais e regionais, com base nas experiências do programa BONUS na Região do Mar Báltico.
- ▶ O projeto «**Danube Floodrisk**» promove métodos de cooperação com 19 instituições em 8 países do Danúbio, partilhando bases de dados e a cartografia das inundações. O Sistema Europeu de Sensibilização para as Inundações (EFAS) está a levar a cabo ações complementares.

« Se quisermos garantir um êxito duradouro, a abordagem deve ser centrada nos planos políticos governamentais e regionais. »

Johannes Hahn – Comissário Europeu para a Política Regional



Ilhéu de Sveti Stefan, Montenegro

Neutralidade em termos de custos

As estratégias macrorregionais do Báltico e do Danúbio funcionam sem fundos adicionais da UE, sem novas instituições e sem nova legislação. Para alcançar este resultado, foi necessária uma maior coerência entre fundos, estruturas e políticas. A implementação destas estratégias obrigou à criação de estruturas de trabalho em torno de áreas prioritárias, selecionadas através de um processo de consulta que partiu da base para o topo com a liderança política de cada área assumida pelos países, regiões ou organizações participantes e o apoio da Comissão como facilitador.

Os relatórios de execução da EUEM e da EUEM salientam o facto de as estratégias macrorregionais terem ajudado a desenvolver novos projetos ou impulsionado projetos transnacionais já existentes. Contabilizam-se mais de 100 projetos emblemáticos só na região do Mar Báltico e estes são acompanhados por muitos outros projetos derivados. Por outro lado, foram propostos mais de 400 projetos para a EUEM, totalizando cerca de 49 mil milhões de euros; 150 destes projetos estão já em fase de execução.

As estratégias macrorregionais estão a criar os pilares regionais para uma política aplicável em toda a União e estão a ajudar a definir abordagens nacionais que tornam a execução ao nível da UE mais coerente. O trabalho macrorregional teve, por exemplo, um impacto especial na Política Marítima Integrada, na Rede Transeuropeia de Transportes (RTE-T), na Rede Transeuropeia de Energia (RTE-E) e na cooperação no domínio da proteção civil.

Melhor relação custo/eficácia

Num período de orçamentos limitados, é importante fazer uma utilização mais eficiente do dinheiro disponível. A abordagem macrorregional revelou uma capacidade de harmonização dos programas da UE de modo a que estes atuem em conjunto para alcançarem os principais objetivos partilhados.

Na ausência de fundos adicionais da UE, os chefes de projetos são obrigados a procurar fundos externos de forma mais ativa. Esta situação estimulou o «Danube Finance Dialogue» (Diálogo em matéria de finanças do Danúbio), que ajuda a aproximar ideias de projetos e fundos e reúne os promotores de projetos com bancos, instituições de financiamento internacionais e programas de financiamento. Também deu origem ao «EUSBSR Seed Money Facility» (Mecanismo de capital inicial da EUEM), que disponibiliza financiamento inicial para o desenvolvimento de ideias de projetos até estas receberem empréstimos ou subvenções.

De facto, a estratégia macrorregional é igualmente considerada como um estímulo à conjugação de recursos. Está a melhorar o potencial de criação de fundos de capital de arranque/fase inicial e de capital de risco nas macrorregiões, uma vez que poucos países têm um fluxo de transações suficiente para apoiar e manter tais fundos especializados e a macrorregião pode fornecer uma massa crítica suficiente.

O sector privado também está envolvido, seja através do trabalho com o Fórum para o Desenvolvimento do Mar Báltico ou através de projetos público-privados, como a remoção de navios naufragados do Danúbio, Sava e Tisa.

Os Estados-Membros também mobilizaram recursos para prioridades de nível superior e para a implementação de iniciativas no quadro das estratégias da macrorregião.

Melhor cooperação com os países vizinhos

As duas estratégias estão a melhorar a cooperação com os países vizinhos. Na EUEM, a Rússia, apesar de não fazer parte da própria estratégia, deu o seu consentimento a uma lista de objetivos comuns. A Noruega e a Islândia também estiveram ativamente envolvidas, especialmente em matéria de logística e questões sociais.



Ventspils, Letónia



O projeto Baltic Deal trabalha com agricultores na região.

Na EUERD, onde alguns países de fora da UE poderiam ser potenciais candidatos à adesão à União, esta estratégia constitui uma experiência valiosa e atua como uma plataforma e uma oportunidade para que estes países testemunhem em primeira mão as políticas e os processos da UE através de atividades comuns.

Resultados e conclusões

No seu comentário ao relatório, o Comissário Johannes Hahn afirmou: «O estudo mostra claramente o valor das nossas estratégias macrorregionais. A cooperação intensificada resultou, literalmente, em centenas de novos projetos e na criação de novas redes nas regiões do Danúbio e do Báltico, em áreas como os transportes, o fornecimento energético, a segurança ou a luta contra o crime organizado. Acima de tudo, os participantes dizem-nos que a cooperação, incluindo com países que não são Estados-Membros da UE, tem sido reforçada de modo significativo.»

«Mas, se quisermos garantir um êxito duradouro, a abordagem terá de ser centrada nos planos políticos governamentais e regionais – nomeadamente no que toca à conceção de novos programas e projetos para o próximo período financeiro – e apoiada por recursos suficientes.»

O relatório recorda aos governos a necessidade de um compromisso político e da transformação das estratégias numa prioridade em todas as áreas políticas relevantes, assegurando que estas são integradas nos futuros programas de Fundos Estruturais e de Investimento Europeus, assim como em outros quadros da política regional, nacional e da UE relevantes. Sublinha, igualmente, a importância dos recursos administrativos para a concretização dos objetivos.

«É necessária uma estratégia abrangente gerida a partir do gabinete do Primeiro-Ministro, passando pelo ambiente, pelas PME, pelo turismo, pela cultura, pelos transportes, etc. Deve ser organizada como uma estratégia de desenvolvimento transversal, que inclua diferentes ministérios,

organizações não governamentais, e necessita de recursos e pessoal adequado. É necessária uma apropriação mais acentuada nas próprias regiões.»

Nos últimos dois anos, debateu-se o alargamento a outras regiões, incluindo uma resolução recente do Parlamento Europeu sobre a viabilidade de uma estratégia macrorregional para os Alpes. Os Estados-Membros e o Conselho Europeu convidaram a Comissão a elaborar uma Estratégia da UE para a Região do Adriático e do Jónico (EUERAJ) até ao final de 2014.

O Comissário Hahn realça que as novas iniciativas devem mostrar claramente um valor acrescentado ao nível da UE e, nessa conformidade, apenas devem ser lançadas se existir a necessidade clara de uma cooperação melhorada e de alto nível. Estas deverão ter uma importância estratégica para as macrorregiões e ser traduzidas num número limitado de objetivos bem definidos, com um conjunto adequado de indicadores para medir o seu progresso.

«A estratégia só terá êxito se conseguirmos executar projetos concretos que contribuam para os objetivos da região. E temos de conseguir ver o valor acrescentado da coordenação regional na concretização destes objetivos,» conclui o Comissário.

▶ SAIBA MAIS

www.ec.europa.eu/regional_policy/cooperate/macro_region_strategy/index_en.cfm

Estratégia da UE para a Região do Danúbio:
www.danube-region.eu

Estratégia da UE para a Região do Mar Báltico:
www.balticsea-region-strategy.eu

Estratégia da UE para a Região do Adriático e do Jónico:
www.ec.europa.eu/regional_policy/cooperate/adriat_ionian/index_en.cfm

Iniciativa Adriático-Jónica:
www.faic.eu/index_en.asp

▶NAS SUAS PRÓPRIAS PALAVRAS

PERSPETIVAS REGIONAIS E NACIONAIS SOBRE A POLÍTICA DE COESÃO

A Panorama agradece o seu contributo!

«Nas suas próprias palavras» é uma rubrica da *Panorama* que convida os principais «consumidores» da política de coesão a nível nacional e regional a fazer ouvir a sua voz e a dar a sua opinião sobre a política europeia em curso a nível local, seja através de um parecer centrado nos resultados e êxitos atuais ou de uma perspetiva sobre os preparativos para o período de programação seguinte.

Com mais de 270 regiões nos 28 Estados-Membros, cada uma com a sua própria história económica e cultural e manifestando necessidades específicas, é importante que os decisores políticos, os administradores e os dirigentes a todos os níveis estejam cientes do verdadeiro impacto da política de coesão a nível dos cidadãos.

Nesta edição, a *Panorama* dá a conhecer as perspetivas de três Estados-Membros e regiões tendo em vista os seus planos para a execução dos Fundos Estruturais e de Investimento no próximo período de programação 2014-2020.

A República Checa e a Região de Bruxelas-Capital da Bélgica definem as suas abordagens para a identificação de prioridades para o futuro, baseando-se na experiência dos programas atuais. Por outro lado, Noord-Brabant, nos Países Baixos, sublinha o seu ambiente inovador e empreendedor.

A *Panorama* agradece o seu contributo, que poderá ser incluído em futuras edições:

▶regio-panorama@ec.europa.eu

▶PAÍSES BAIXOS

▶BRABANT, O CENTRO DE SOLUÇÕES INTELIGENTES DA EUROPA

Noord-Brabant está preparada para o novo período de programas europeus. Após dois anos de trabalho intenso com outras províncias do Sul dos Países Baixos para criar um programa e uma estratégia conjuntos, baseados nas metas europeias, a linha de chegada está à vista.

A região neerlandesa de Noord-Brabant desempenha um papel de destaque na economia dos Países Baixos. A sua quota do produto nacional bruto neerlandês, o número de empresas, o número de pessoas empregadas e o número de patentes, invenções e inovações que produz todos os anos é muito superior à média dos Países Baixos. Noord-Brabant é, igualmente, o lar da área de Eindhoven/Brainport, a terceira maior região tecnológica da Europa.

Alta tecnologia, alta interação

Noord-Brabant é uma das mais importantes regiões da Europa em termos de inovação. Esta região ambiciona

manter e reforçar a sua posição, tornando-se o «centro de soluções inteligentes da Europa». A região fundamenta-se num sector da indústria transformadora tradicional mas muito competitivo e tem, igualmente, um sector inovador muito forte (por exemplo, em matéria de alta tecnologia, logística e design). A combinação de tradição e tecnologia, da alta tecnologia e alta interação, é tão abundante em Noord-Brabant que é a base do seu êxito.

Programas Operacionais

Para concretizarem as suas ambições, é necessário que Noord-Brabant e os seus parceiros regionais se especializem em determinadas atividades económicas. Atualmente, Noord-Brabant está a concluir a sua preparação para o novo Programa Operacional (PO) 2014-2020, em cooperação com as províncias da Zelândia e do Limburgo, no Sul dos Países Baixos. Neste âmbito, foi criada uma Estratégia de Especialização Inteligente (S3, Smart Specialization Strategy). Os seguintes pólos económicos receberam uma atenção especial neste PO: alimentação,



O «High Tech Campus Eindhoven» (Campus de alta tecnologia Eindhoven) é o quilómetro quadrado mais inteligente dos Países Baixos, com mais de 100 empresas e institutos e cerca de 8 000 investigadores, criadores e empreendedores que trabalham no desenvolvimento de tecnologias e produtos futuros. O Campus ajuda a acelerar a inovação, disponibilizando um acesso fácil a instalações de alta tecnologia e redes internacionais.

ciências da vida/da saúde, economia de base biológica, sistemas e materiais de alta tecnologia, logística e manutenção. Da mesma forma, a cooperação transfronteiriça regional continua a ser uma prioridade fundamental.

Interação única

A chave para criar um ambiente empreendedor de sucesso no Sul do Países Baixos, e em especial em Noord-Brabant, não é apenas «o que fazemos», mas também «como o fazemos». A estratégia S3 baseia-se expressamente no contributo da hélice tripla: governos, empresas e institutos de conhecimento. Noord-Brabant alargou a sua rede de hélice tripla, atraindo novos parceiros económicos como hospitais, empresas de transporte, empresas de energia e grupos de interesse de cidadãos. Ao abrigo do atual programa 2007-2013, foram lançados mais de 600 projetos, sendo que 400 desses projetos foram iniciados por pequenas e médias empresas (PME).

Região Empreendedora Europeia 2014

Noord-Brabant revela um empenho óbvio na abordagem da hélice tripla, visando promover um excelente clima empreendedor, nomeadamente para as PME. Recentemente, este empenho foi premiado pelo Comité das Regiões com o prestigiado «European Entrepreneurial Award 2014» (Prémio de empreendedorismo europeu 2014). A caminho de 2020, Noord-Brabant está confiante que este método da hélice tripla demonstrará ser, mais uma vez, a abordagem certa.

Bert Schampers e Lieke van Alphen

*Conselheiros de Relações Públicas
Província de Noord-Brabant*

▶ SAIBA MAIS

www.brabantSMARTSolutions.com

▶ REPÚBLICA CHECA

▶ PREPARATIVOS PARA O NOVO PERÍODO DE PROGRAMAÇÃO 2014-2020

O PRINCIPAL OBJETIVO É UM ARRANQUE ATEMPADO

Apesar de termos começado a trabalhar intensamente no novo período de programação já em 2010, ainda temos muito trabalho a realizar se quisermos garantir que a utilização dos fundos europeus comece no início de 2014. Embora os regulamentos que orientam o quadro dos fundos da UE ainda não tenham sido aprovados, meio ano antes do início do futuro período de programação, a República Checa já sabe quais são as suas principais prioridades estratégicas e as linhas gerais da estrutura dos programas futuros, que têm como principal objetivo a promoção do crescimento e o aumento da competitividade do país como um todo.

O facto de a utilização tangível de recursos no período de programação atual ter começado com um ano de atraso na República Checa mostra que, desta vez, não é possível subestimar a preparação atempada e adequada. O planeamento do período de programação 2014-2020 é da responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento Regional – Autoridade Nacional de Coordenação. Para efeitos do trabalho preparatório, baseia-se, em especial, na experiência adquirida e na aplicação do princípio de parceria; envolve ainda um vasto leque de especialistas e uma equipa própria. Desde o início deste ano, tem vindo a realizar-se um diálogo informal com representantes da Comissão Europeia que ajudam na elaboração do Acordo de

Parceria, o documento estratégico para a utilização dos recursos do Quadro Estratégico Comum para o próximo período. Um Acordo de Parceria provisório, que o governo da República Checa já debateu, será elaborado e apresentado à Comissão Europeia no outono. Estão a decorrer preparativos intensos ao nível dos programas, de um ambiente metodológico unificado e de estratégias que visem promover a estabilidade dos recursos humanos e simplificar e melhorar a transparência dos sistemas de gestão e controlo na República Checa.



O Acordo de Parceria checo define claramente as prioridades de desenvolvimento nacional, cujo cumprimento será o objetivo do período de sete anos. As prioridades, que são também os maiores obstáculos à competitividade da República Checa, podem ser designadas como «4I»: infraestruturas, instituições, inovação e inclusão. O apoio a estas áreas ajudará a transformar a República Checa num bom local para se viver e, ao mesmo tempo, num local atrativo para o investimento e os negócios.

Não é possível separar o futuro e o passado dos Fundos Estruturais e de Investimento. A prática obtida graças ao período de programação atual está a ser utilizada para preparar o período de 2014-2020. Esta preparação tem em conta a experiência positiva que mostra claramente o que correu bem,

mas não esquece os erros cometidos e que não podem ser ignorados. Neste caso, a aprendizagem com os erros do passado é a experiência mais valiosa. Não podemos presumir que é possível navegar num sistema tão complexo e complicado como os Fundos Estruturais e de Investimento sem nos depararmos com deficiências, mas também é necessário distinguir os erros formais dos erros intencionais.

Os participantes da conferência «Benefits of cohesion policy» (Benefícios da política de coesão), que decorreu a 20 de junho de 2013 em Praga, concordaram com este ponto e realçaram os seus contributos. Os representantes de instituições europeias, estruturas de implementação nacional, beneficiários do apoio da UE e especialistas não debateram apenas os resultados expressamente positivos e os benefícios específicos dos fundos da UE para a República Checa (como a criação de mais de 70 mil novos postos de trabalho ou a melhoria dos serviços de administração pública) nesta conferência.

A política de coesão é, de uma forma geral, encarada como uma excelente oportunidade para o investimento futuro. No entanto, é preciso ter em conta a mudança da natureza compensatória original da política para uma natureza que promove o crescimento, a competitividade, a inovação e a economia do conhecimento. Esperamos que esta mudança se manifeste no espectro dos projetos apoiados, que exigirão uma utilização mais eficiente dos recursos e resultados mais visíveis no próximo período de programação. A implementação de uma gestão de projetos estratégica e eficiente, as sinergias entre a política de coesão e outras estratégias nacionais e o respeito pelo princípio de parceria de todas as autoridades envolvidas relativamente à sua execução são alguns dos conhecimentos que a República Checa aplicará quando chegar o momento de encerrar o período de programação atual e preparar o seguinte.

Ministério do Desenvolvimento Regional
Autoridade Nacional de Coordenação

▶SAIBA MAIS
www.mmr.cz

▶BÉLGICA

▶O FEDER NA REGIÃO DE BRUXELAS-CAPITAL

Perante desafios significativos, particularmente em termos de desemprego e de desenvolvimento económico e sustentável, a Região de Bruxelas-Capital tentou dar uma resposta consistente com os novos regulamentos e, acima de tudo, que complemente as suas próprias iniciativas.

As autoridades regionais tentaram evitar a armadilha da distribuição do financiamento do FEDER entre os operadores habituais. Em primeiro lugar, sentaram todos os parceiros à mesa e desenvolveram uma avaliação coerente da Região, destacando os seus pontos fortes e os seus pontos fracos.

A 15 de março de 2013, mais de 200 representantes de organismos regionais, representantes e operadores participaram



A Região de Bruxelas-Capital organizou uma série de eventos para debater os desafios e as prioridades para os futuros programas do ESIF (EU Structural and Investment Funds, Fundos Estruturais e de Investimento Europeus).

no evento de lançamento do método de parceria, com representantes da Comissão Europeia também a marcarem presença. Em seguida, a 24 de abril, cerca de 40 especialistas de diferentes domínios reuniram-se para dar o seu contributo para o debate sobre os desafios que os futuros programas enfrentarão e que haviam sido identificados na avaliação. O debate realçou as possíveis sinergias entre os fundos e a necessidade de se trabalhar numa base de indústria por indústria, associando o emprego e a formação ao investimento no desenvolvimento sustentável, na inovação e nas pequenas e médias empresas. Em junho e julho, mais de 100 participantes assistiram a três workshops temáticos concebidos para estabelecer as prioridades e as medidas dos programas operacionais do FEDER e do FSE.

Em vez de se limitar a apoiar os projetos dos operadores de forma isolada, a Autoridade de Gestão pretendia orientá-los a todos numa abordagem conjunta, reunindo os parceiros do futuro e demonstrando os benefícios da cooperação em torno de duas importantes questões: o desenvolvimento de sectores económicos integrados e a questão da polarização socio-económica e regional.

Durante o período de 2007-2013, alguns beneficiários, por exemplo, demonstraram os benefícios da apresentação de uma imagem unificada dos distritos do antigo centro industrial da Região. Outros colaboraram para estimular seis sectores industriais associados ao ambiente, analisando as oportunidades de criação ou de desenvolvimento de empresas e disponibilizando um vasto e coordenado leque de apoio às empresas destes sectores.

A pequena dimensão da região e a proximidade dos seus intervenientes económicos constituem verdadeiros trunfos e as autoridades acreditam que a promoção de sinergias e a adoção de uma abordagem integrada estimulará a criação de futuros postos de trabalho. Assim, será possível promover o ensaio e desenvolvimento de novos métodos por parte de algumas empresas, acelerar a adoção destes métodos por parte de outras e permitir ainda que outras empresas disponibilizem uma formação atempada ao pessoal, que, por sua vez, será capaz de atender à procura ou responder a uma oportunidade do mercado. Em síntese, o objetivo é melhorar a previsão, a resposta e a colaboração.

Em consonância com a Estratégia Europa 2020, o programa operacional da Região de Bruxelas-Capital estará aberto à inovação, ao ambiente e à inclusão. Consequentemente, a Região espera que os projetos selecionados não se limitem apenas a uma destas dimensões.

A programação do FEDER dará uma maior ênfase ao processo de revitalização dos sectores económicos escolhidos como um todo através da utilização de determinadas alavancas existentes: monitorizará e apoiará algumas iniciativas e incentivará o cofinanciamento público ou privado, com vista a melhorar a coerência dos sectores selecionados.

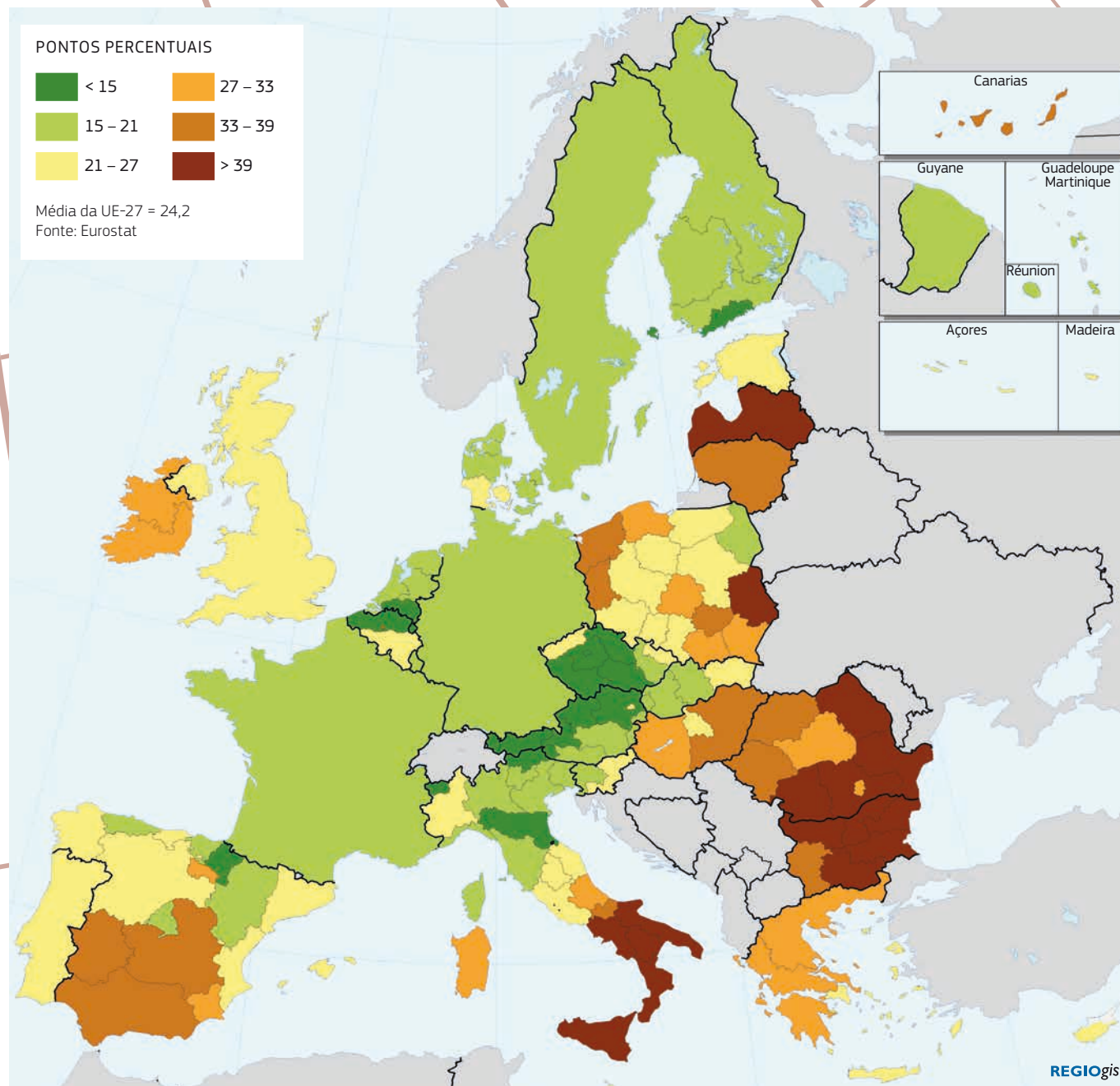
Para evitar a diluição dos fundos, a dotação do FEDER será atribuída de forma prioritária aos sectores direcionados para a redução das emissões de CO₂ ou que procurem melhorar o seu impacto energético e ambiental e, por último, que criem postos de trabalho que correspondam à capacidade local em termos de mão-de-obra. Será possível, mesmo assim, selecionar projetos que pareçam não se adequar ao contexto local. No entanto, a autoridade regional estará atenta à verdadeira alavancagem que estes poderão gerar: um efeito de alavanca num sector que, sendo estimulado desta forma, poderá recrutar perfis (a curto ou a médio prazo) que correspondam à mão-de-obra disponível ao nível local e regional. A Região assegurará, igualmente, o respeito pelo princípio da especialização inteligente, bem como a utilização e o desenvolvimento das ferramentas mobilizadas durante os períodos de programação anteriores, como o Brussels Greenbiz, a futura incubadora ambiental.

Sandrine Vandewattyne

*Agente de Comunicação
Serviço Público Regional de Bruxelas,
Coordenação Regional,
Unidade de Coordenação
e Gestão do FEDER 2007-2013*

POPULAÇÃO

EM RISCO DE POBREZA OU DE EXCLUSÃO SOCIAL, 2011

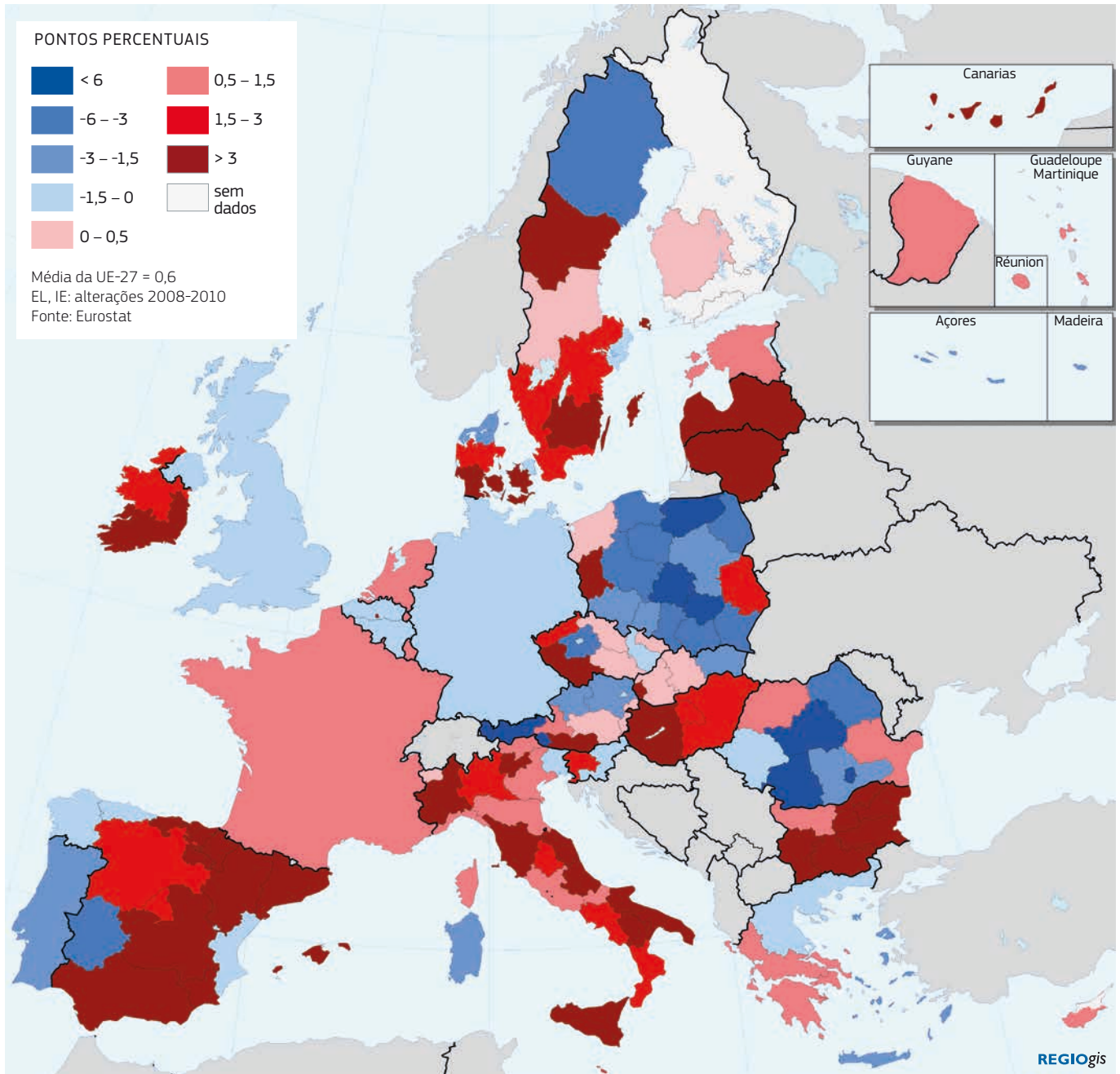


Em 2011, as taxas mais elevadas de pessoas em risco de pobreza ou de exclusão social registaram-se na Bulgária, no sul e no leste da Roménia, na Letónia e no sul de Itália. No mesmo ano, registaram-se níveis muito baixos de pobreza, em particular em regiões da Áustria, da República Checa e do norte de Itália.

Ao nível da UE, a crise económica fez aumentar a percentagem da população em risco de pobreza ou de exclusão social. Entre 2008 e 2011, esta percentagem aumentou 0,6 pontos percentuais. É provável que este impacto se faça sentir de forma mais significativa no futuro, uma vez que a crise ainda não acabou e o efeito demora algum tempo a infiltrar-se.

▶ ALTERAÇÃO DA PERCENTAGEM DE POPULAÇÃO

EM RISCO DE POBREZA OU DE EXCLUSÃO SOCIAL, 2008-2011



▶▶ O impacto no risco de pobreza ou de exclusão foi mais elevado nos seis Estados-Membros mais afetados pela crise (Espanha, Estónia, Grécia, Irlanda, Letónia e Lituânia), mas na Itália e na Bulgária também se verificou um impacto significativo. Contudo, muitos dos grandes Estados-Membros assistiram apenas a pequenas subidas, como a Alemanha

e o Reino Unido, ou sofreram mesmo uma pequena descida do risco de pobreza ou de exclusão, como a Polónia e a Roménia.

▶ NOTÍCIAS

[NOTÍCIAS BREVES]

EXPOSIÇÃO FOTOGRAFICA «100 EURBAN»



Este ano, o OPEN DAYS incluirá um novo aspeto visual. A exposição «100 EURban solutions» (100 Soluções Urbanas da UE), que se realizará em várias das instalações do evento OPEN DAYS, assim como no exterior, nas ruas de Bruxelas, ilustra soluções urbanas baseadas em casos de estudo e boas práticas transferíveis (por exemplo, tratamento de resíduos/água, transportes públicos, habitação, etc.), tirando partido dos resultados alcançados no período de programação 2007-2013. As fotografias e os textos que as acompanham também serão publicados online para aqueles que não puderem marcar presença em Bruxelas.

▶ SAIBA MAIS

http://ec.europa.eu/regional_policy/conferences/od2013/exhibitions.cfm



DAR VISIBILIDADE AOS NOSSOS PROJETOS

Mais de 120 membros da rede INFORM, composta por agentes de comunicação do FEDER e do Fundo de Coesão, reuniram-se em Budapeste a 30 e 31 de maio para partilharem experiências, exporem as lições retiradas e estabelecerem boas práticas.

Foi dada uma atenção especial a dois tópicos: como envolver beneficiários em atividades de comunicação desde a fase inicial de um projeto (um caso de estudo de Malta centrou-se neste tema) e a preparação de estratégias de comunicação para o próximo período de programação (4 regiões dos Países Baixos estão a desenvolver uma única estratégia em conjunto).

A agenda e todas as outras apresentações estão disponíveis na página de eventos da rede INFORM.

Entretanto, os preparativos para a futura conferência «Telling the Story» (Contar a história), que se realiza a 9 e 10 de dezembro de 2013, em Bruxelas, estão numa fase bastante adiantada.

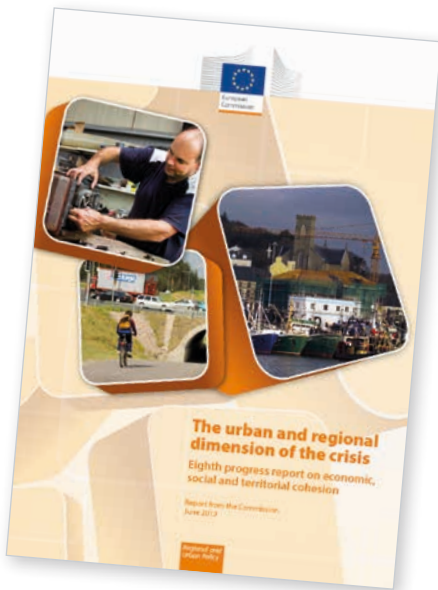
Esta grande conferência, organizada pela DG Política Regional e Urbana em colaboração com a DG Emprego e Assuntos Sociais, visa realçar a importância de comunicar os resultados da política de coesão da UE.

Os destaques incluirão a apresentação de boas práticas em matéria de comunicação nos Estados-Membros, a versão final das regras de Informação e Comunicação 2014-2020 e os resultados do Eurobarómetro 2013 sobre a sensibilização dos «Cidadãos» e as perceções da política regional da UE.

Além disso, realizar-se-ão *workshops*/painéis de debate sobre determinadas questões relacionadas com a comunicação (meios de comunicação social, campanhas de informação, dias de projetos abertos, etc.) e terá lugar uma formação prática. O objetivo passa por disponibilizar conhecimentos especializados atempados e úteis às Autoridades de Gestão, antes da conclusão das estratégias de comunicação do programa.

▶ SAIBA MAIS

http://ec.europa.eu/regional_policy/informing/events/201305/index_en.cfm



8.º RELATÓRIO INTERCALAR: A POLÍTICA DE COESÃO É MAIS NECESSÁRIA DO QUE NUNCA

Entre 2008 e 2012, quatro em cada cinco regiões da UE registaram um aumento do desemprego. Além disso, entre 2007 e 2010, duas em cada três regiões viram o PIB diminuir. Esta crise tem repercussões generalizadas, que afetam regiões com um maior e um menor nível de desenvolvimento. Em consequência, as disparidades entre as regiões da UE começaram a aumentar novamente após um longo período de convergência.

Este recuo dramático é destacado no 8.º relatório intercalar sobre a coesão económica, social e territorial: «A dimensão regional e urbana da crise», aprovado hoje pela Comissão Europeia. Este relatório revela as desastrosas consequências do emprego regional e do Produto Interno Bruto, dos preços da habitação e do rendimento disponível das famílias. Mostra também que, apesar de o Investimento Direto Estrangeiro e os volumes de exportação terem recuperado rapidamente da crise, os volumes de importação estão ainda muito abaixo do nível anterior à crise.

▶ SAIBA MAIS

http://ec.europa.eu/regional_policy/information/reports/index_en.cfm

À ESTREMADURA APRESENTA A SUA ESTRATÉGIA DE ESPECIALIZAÇÃO INTELIGENTE

No dia 24 de junho, a região espanhola da Estremadura apresentou a sua Estratégia de Especialização Inteligente (RIS3) no Comité das Regiões em Bruxelas. A Vice-Presidente da região, Cristina Teniente, e o Diretor da DG Política Regional e Urbana, Raoul Prado, sublinharam a importância desta estratégia como um instrumento de transformação económica regional, fundamental para otimizar a utilização de fundos no período de 2014-2020.



A Estremadura incluiu a sua Estratégia de Especialização Inteligente na sua estratégia empresarial e de inovação, denominada ONE (Organizar uma Nova Estremadura), tornando-a num dos principais pilares da sua estrutura económica regional. A estratégia centra-se em quatro temas: gestão a longo prazo dos recursos naturais, indústrias alimentares de elevado valor acrescentado, energias renováveis e turismo articulado em torno da qualidade de vida. Estes quatro temas serão o ponto de partida para uma estratégia suficientemente flexível para ser revista e modificada ao longo do período de programação, de modo a permitir que esta estimule os pontos fortes da região da melhor forma possível.

A apresentação destacou, igualmente, a forma como o desenvolvimento da estratégia envolveu ativamente os intervenientes locais através de um fórum organizado em fevereiro de 2013 e no qual estiveram presentes mais de 500 cidadãos, académicos, empreendedores e representantes da autoridade local, para ajudar a definir as prioridades do futuro. O próximo passo será a apresentação da estratégia RIS3 à Comissão Europeia para aprovação, como parte das condicionalidades *ex-ante* dos Estados-Membros.

▶ SAIBA MAIS

<http://one.gobex.es>



▶ LESTE DE INGLATERRA, REINO UNIDO

▶ SENSOR ELETRÓNICO

ECONOMIZA RECURSOS ATRAVÉS DA MONITORIZAÇÃO DE CONDUTAS DE ÁGUA

Custo total:
3 496 000 EUR
Contribuição da UE:
1 000 000 EUR

As perdas de água provenientes de condutas subterrâneas custam milhões de euros em água desperdiçada. A empresa britânica Syrinix Ltd desenvolveu um sistema inteligente de monitorização de condutas de água para detetar fugas e informar as equipas de reparação.

Com sede em Norwich, no Reino Unido, a Syrinix é uma jovem PME que desenvolveu sofisticados dispositivos sensores e de processamento de sinais para monitorizar condutas de abastecimento de água.

O desenvolvimento da empresa foi apoiado por financiamento de capitais próprios do Fundo de inovação assente num baixo nível de emissões de carbono (LCIF, Low Carbon Innovation Fund), um fundo de capital de risco inicial cofinanciado pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), que, no caso da Syrinix, ascendeu a 810 000 libras (1 milhão de euros). O investimento do LCIF surge sempre paralelamente a co-investimento privado; pode ainda juntar o co-investimento necessário para os projetos de outros investidores providenciais.

Em 2010, a Syrinix lançou o TrunkMinder, um sistema inteligente de monitorização de condutas de água que utiliza sensores colocados em intervalos de 500 a 750 metros nos sistemas de condutas. Os sensores detetam pequenas fugas e, em seguida, enviam diretamente um alerta automático ao serviço de utilidade pública relevante, o qual poderá reparar a fuga antes da rutura das tubagens ou do desperdício de mais água.

Este sistema inteligente de monitorização já está a ser utilizado por serviços públicos de abastecimento de água em todo o Reino Unido e poupa milhões de euros em tempo, trabalho e recursos.

O TrunkMinder disponibiliza aos gestores de infraestruturas notificações essenciais sobre a localização de fugas, exatas até ao metro, um alerta precoce para evitar uma falha catastrófica na rede de abastecimento de água e alertas instantâneos de rutura.

A Syrinix também desenvolveu o TransientMinder, que reduz o impacto prejudicial dos transientes de pressão. Atividades como o fecho de válvulas ou aberturas rápidas podem ter um impacto potencialmente nocivo, uma vez que os transientes de pressão podem causar fadiga e, por vezes, danos catastróficos aos outros componentes da rede local de condutas.

Nos últimos dois anos, a Syrinix tornou-se um especialista líder no domínio da tecnologia de gestão de infraestruturas do sector da água e está a negociar com empresas de serviços de utilidade pública na Austrália, nos EUA, no Médio Oriente e no Extremo Oriente.

O LCIF realiza investimentos de capitais para as fases de arranque em PME no leste de Inglaterra que estejam a desenvolver produtos ou processos novos e inovadores de forma respeitadora do ambiente e assente num baixo nível de emissões de carbono. O Fundo opera com 20,5 milhões de libras (25,3 milhões de euros) do FEDER, a par de mais de 17 milhões de libras (21 milhões de euros) de investimento do sector privado, gerando um total superior a 50 milhões de libras (61,7 milhões de euros) de investimento no leste de Inglaterra. O Fundo estará em execução até dezembro de 2015.

▶ SAIBA MAIS
www.syrinix.com
www.lowcarbonfund.co.uk

▶ ANDALUZIA, ESPANHA

▶ EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

EM SISTEMAS DE ILUMINAÇÃO DA ANDALUZIA

Custo total:
10 295 000 EUR
Contribuição da UE:
1 153 000 EUR



Barbate, situado em Cádiz, no sul da Andaluzia, é um dos municípios mais gravemente afetados pelo desemprego em Espanha. Com uma economia baseada na pesca e no turismo, Barbate está a atravessar um dos períodos mais difíceis da sua história.

Contudo, desde 2009, a cidade acolhe uma das mais importantes iniciativas empresariais da Andaluzia, a Light Environment Control SL (LEC), uma empresa que, com o apoio dos fundos da UE, melhorou substancialmente a economia local em ruínas. Concretamente, foram criados 82 postos de trabalho diretos, a maioria dos quais foi preenchida por engenheiros altamente especializados. Esta oportunidade ajudou a reter os cidadãos andaluzes talentosos que, sem este projeto, não poderiam desenvolver as suas carreiras na Espanha.

A LEC foi criada em 2009, após quatro anos de investigação no domínio do desenvolvimento de um sistema de iluminação mais eficiente e menos dispendioso. As administrações públicas e as empresas reconhecem que a iluminação é um dos seus custos fixos mais elevados.

Em 2007, durante a sua fase de investigação, a LEC iluminou a primeira cidade europeia com tecnologia LED controlada remotamente. A resposta positiva das administrações e das empresas incentivou-os a ir mais longe e a dedicarem-se à investigação, à conceção e à produção das suas próprias luzes.

Em 2009, teve início a construção de um centro de I&D+i (investigação, desenvolvimento e inovação) e de produção de tecnologia LED. O edifício de 6 500 m² acolhe um centro de maquinaria, uma «sala limpa» de eletrónica, uma área de pintura, uma área de rotulagem de luminosidade e uma área de montagem.

As luzes LED reduzem significativamente o consumo de energia e, conseqüentemente, as despesas; são 100% recicláveis e, ao contrário da iluminação convencional, não contêm poluentes, como chumbo, cádmio ou mercúrio. Além disso, não produzem raios infravermelhos nem ultravioleta e geram menos calor, reduzindo o desperdício energético e a utilização do ar condicionado.

Com a experiência adquirida, a LEC desenvolveu soluções de iluminação interna e externa, assim como o software proprietário StelUrban para controlar a iluminação pública. O StelUrban adapta a iluminação às necessidades em tempo real, produzindo assim uma poupança energética adicional. O software está alojado na nuvem, pelo que é possível aceder ao mesmo a partir de qualquer dispositivo móvel. Além disso, inclui um sistema de alarme que informa os utilizadores de possíveis ligações ou consumos não autorizados ou de qualquer outro mau funcionamento da instalação.

O controlo sobre todo o processo de produção permite à empresa personalizar as soluções consoante as necessidades dos clientes. Atualmente, a LEC é considerada a principal fabricante de LED na Andaluzia e uma das maiores de Espanha. Está a levar a cabo projetos de iluminação em países como o México, o Brasil, o Peru e Marrocos e recebeu o Prémio de Inovação da Universidade de Sevilha e o louvor do Conselho Regional da Andaluzia na categoria de inovação e realização científica.

▶ SAIBA MAIS

<http://www.lecsl.com/web/?lan=en>

▶ PARTILHA DE EXPERIÊNCIAS

NO FINANCIAMENTO DE PROJETOS PARA PME



Custo total:
1 995 000 EUR
Contribuição da UE:
1 567 000 EUR

O projeto FIN-EN ajuda os Estados-Membros a partilharem informações e boas práticas no domínio da utilização de instrumentos de engenharia financeira e do financiamento privado para apoiar as PME.

Os instrumentos de engenharia financeira (IEF) são uma opção disponibilizada pela Comissão Europeia aos Estados-Membros para concretizar os objetivos da política. Estes assumem diversas formas, como empréstimos, garantias de empréstimos, capitais próprios, capitais de risco e microfinanciamento. Permitem que os Estados-Membros envolvam capital do sector privado e utilizem recursos do sector público de forma mais eficiente na execução de projetos.

Utilizados nas circunstâncias certas e do modo certo, os instrumentos financeiros podem desempenhar um papel importante na maximização da eficiência e da eficácia da aplicação da política regional – uma prioridade clara face ao atual contexto económico e financeiro. Dados recentes mostram que cada euro de recursos públicos alavanca entre um e dois euros em empréstimos, entre um e três euros em participações no capital e entre um e oito euros em empréstimos garantidos.

O projeto FIN-EN «Sharing Methodologies on Financial Engineering for Enterprises» (Partilha de metodologias na área de engenharia financeira para empresas) envolve 13 parceiros de 13 países e visa analisar e partilhar a experiência das autoridades regionais e nacionais de toda a Europa para assegurar uma utilização mais eficaz dos instrumentos de engenharia financeira.

Ao abrigo do projeto liderado pela Finlombarda S.p.A da Itália, uma instituição associada à Região da Lombardia e fundada através do programa INTERREG IVC para a Cooperação Territorial Europeia, foi estabelecida uma rede pan-europeia de utilizadores dos IEF para proporcionar uma plataforma

de debate de todas as fases do processo de execução (a programação, a execução, a monitorização e a comunicação), de modo a serem encontradas soluções concretas para problemas semelhantes.

Está a ser desenvolvida uma base de dados abrangente com informação sobre instrumentos de engenharia financeira implementados pelos parceiros. Foi analisada a experiência de utilização de cerca de 45 instrumentos financeiros – 6 sistemas de garantia, 10 sistemas de empréstimo, 13 de capital e 16 combinados.

Foi criado um Web site para disponibilizar informações sobre os diversos instrumentos financeiros disponíveis. Também fornecerá diretrizes de engenharia financeira centradas nas armadilhas a evitar, nas melhores práticas a adotar e em regras claras para a criação e aplicação de instrumentos financeiros, bem como o envolvimento de potenciais intermediários financeiros.

A cooperação e o intercâmbio de boas práticas entre os participantes serão promovidos através da organização de grupos de trabalho temáticos, visitas de estudo e divulgação de informação.

Os novos Regulamentos do Fundo Estrutural e de Investimento Europeu para 2014-2020 incitam a uma adoção mais alargada dos IEF no domínio das políticas de coesão. A experiência adquirida nos três anos de duração do projeto, que estará em execução até dezembro de 2014, ajudará a promover uma maior utilização destes veículos financeiros no próximo período de programação e oferecerá apoio a um maior número de PME.

▶ SAIBA MAIS
www.fin-en.eu



Custo total:
1 844 000 EUR
Contribuição da UE:
464 000 EUR

▶ STŘEDNÍ ČECHY, REPÚBLICA CHECA

▶ ESCOLA REABILITADA

PARA REINTEGRAÇÃO DE JOVENS DESFAVORECIDOS

O Centro Vocacional e Escola Prática em Kladno–Vrapice, na República Checa, está a ajudar a proporcionar competências práticas e um certificado de aprendizagem a jovens desfavorecidos, ajudando-os a entrar no mercado de trabalho.

Uma escola localizada numa área industrial nos subúrbios da área metropolitana de Praga foi modernizada e reabilitada para se transformar numa instituição de formação eficiente e progressiva, que ajudará os jovens à margem da sociedade a adquirirem novas competências e a conseguirem um emprego.

Para financiar o trabalho de renovação, a escola recebeu 47,7 milhões de CZK atribuídos por vários programas, incluindo um subsídio de 12 milhões de CZK do Programa Operacional Regional para a Região da Boémia Central do FEDER.

Agora, o complexo escolar inclui um centro de aconselhamento especial, uma secretaria, assim como seis novas salas de aula utilizadas pelos aprendizes e seus tutores. Além de salas de aulas adicionais, agora a escola inclui uma avançada cozinha onde os candidatos a enfermeiros, por exemplo, podem aprender a cozinhar refeições quentes ou a preparar bebidas.

Para ajudar os alunos com deficiências, foi construída uma entrada sem obstáculos, equipada com um elevador, que facilita o acesso e permite que estes alunos estudem para obterem um certificado de aprendizagem como jardineiros ou eletricitas.

São oferecidos cursos de aprendizagem para qualificar os alunos como carpinteiros, eletricitas, floristas, paramédicos, enfermeiros, funcionários da restauração, pintores e decoradores, serralheiros, pedreiros, etc.

A escola recebe alunos de famílias que têm apenas a educação básica, tal como romanichéis, para que estes tenham a oportunidade de adquirir competências básicas. Para ajudar a integrar os grupos desfavorecidos na sociedade, também é importante permitir o acesso a serviços de assistência social acessíveis e de qualidade. Esta escola faz parte de uma complexa rede de resgate.

Espera-se que a escola ajude a melhorar os níveis de emprego locais, através da redução do número de pessoas com a educação básica desempregadas.

«Estamos à procura das melhores formas de “fazer avançar os estudantes”, de os incentivar a tornarem-se pessoas respeitadas, a serem qualificados e competentes e a encontrarem um bom emprego. A nossa ambição é criar uma escola moderna, que poderá competir no âmbito da UE graças à qualidade das suas instalações e métodos de ensino», afirmou a diretora da escola, Ivana Sedláková.

▶ SAIBA MAIS
www.ouvrapice.cz



▶ AVALIAÇÃO *EX POST* DA POLÍTICA DE COESÃO, 2007-2013

O QUE PODEMOS APRENDER COM A AVALIAÇÃO DA IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA EM TEMPO DE CRISE?

Chegou a altura de começar a planear a avaliação *ex post* do período de programação 2007-2013. De acordo com o previsto no requisito legal, a Comissão Europeia deverá concluir a avaliação até ao final de 2015. A Direção-Geral da Política Regional e Urbana e a Direção-Geral do Emprego e Assuntos Sociais estão a coordenar uma série de avaliações temáticas centradas em vários aspetos da implementação e dos impactos da política de coesão.

No caso do período de programação 2000-2006, a Direção-Geral da Política Regional e Urbana realizou uma avaliação *ex post* bastante abrangente, que envolveu 19 pacotes de trabalho diferentes ao longo de um período de 5 anos, terminando em 2012. Desta vez, o exercício será mais concentrado. Algumas questões levantadas na avaliação de 2000-2006 serão exploradas em maior profundidade e serão examinadas novas áreas. Uma vez que o período de programação atual não estará concluído enquanto a avaliação estiver a decorrer, será dada uma menor atenção às

áreas de intervenção cujos impactos demoram mais tempo a fazer-se sentir (por exemplo, as infraestruturas).

Algumas das principais questões a que a avaliação tentará responder são:

- ▶ Qual foi o impacto do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) e do Fundo de Coesão? O que aconteceu com a política regional durante a crise? Os programas de política regional conseguiram manter o investimento na área do desenvolvimento durante este tempo? O que nos diz a crise sobre os pontos fortes de diferentes níveis de governação em diferentes Estados-Membros?
- ▶ Que tipo de projetos apoia o FEDER na área das PME e da inovação? Estas intervenções são aquelas que a literatura económica sugere como sendo as mais eficazes? Quais são as provas dos efeitos destas intervenções?
- ▶ O FEDER apoia grandes empresas? Se a resposta for positiva, a que se destina esse apoio e qual é o impacto?
- ▶ Qual é o fundamento e quais são os primeiros resultados dos sistemas de capitais de risco criados com o apoio do FEDER? Quais são os custos?



Projetos de apoio a empresas financiados pelo FEDER bem sucedidos (da esquerda para a direita): Centro de investigação no domínio das terapias regenerativas – Aglomerado de excelência, Saxónia, Alemanha; Incubadora ecológica de empresas de Ravensbourne, Londres, Reino Unido; BIC Granada, parte do programa de incentivo para a inovação e o desenvolvimento de empresas, Andaluzia, Espanha.

- ▶ Que infraestruturas ambientais e de transporte foram construídas com o apoio dos Fundos Estruturais? Com base na experiência passada, qual é a probabilidade de estas infraestruturas serem financeiramente sustentáveis?
- ▶ Como é que os Fundos Estruturais investiram na eficiência energética e quais foram os impactos? Quais os Estados-Membros que tiveram êxito, porquê e que obstáculos enfrentaram os outros?
- ▶ Qual é o fundamento do investimento no turismo, na cultura, no património natural e nas indústrias criativas? Quais são os principais tipos de investimento e quais são as provas da sua eficácia?
- ▶ Que resultados alcançaram os Programas de Cooperação Territorial Europeia, especialmente nas áreas de investigação, tecnologia e inovação, proteção e melhoria ambiental e transportes? De que forma os programas transnacionais e interregionais influenciaram o desenvolvimento da política na UE?
- ▶ Quais são as estratégias para um desenvolvimento urbano integrado apoiadas pelos Fundos Estruturais? Qual é o papel do investimento nas infraestruturas sociais?

No final de 2015, será elaborado um relatório de síntese, assim como relatórios temáticos para cada bloco da avaliação e relatórios nacionais e regionais, que estarão acessíveis através de mapas eletrónicos.

Os métodos a utilizar incluirão análises à literatura, análises de dados, estudos de caso, inquéritos e modelos macroeconómicos e sectoriais. Como um primeiro passo, a DG Política Regional e Urbana iniciou uma avaliação dos dados comunicados pelas Autoridades de Gestão nos seus Relatórios Anuais de Execução. Esta ação reforçará a robustez dos pacotes de trabalho posteriores da avaliação e ajudará, igualmente, os responsáveis pela conceção dos programas para o período de 2014-2020 a melhorarem a qualidade e a fiabilidade dos seus sistemas de monitorização.

Contribuindo para a análise e as conclusões da avaliação, proceder-se-á a uma série de consultas ao longo do processo: com especialistas académicos, com especialistas na matéria e com os responsáveis pela conceção e execução da política nos 28 Estados-Membros. Através deste diálogo, a DG Política Regional e Urbana espera que os Estados-Membros e as regiões assumam as conclusões da avaliação e as tenham em conta nos programas para o período de 2014-2020, que estarão ainda numa fase inicial de execução no final de 2015.

A avaliação *ex post* do período de 2000-2006 exerceu uma grande influência na conceção do período de programação 2014-2020. As conclusões da avaliação fundamentaram a concentração em objetivos específicos (específicos para o contexto nacional ou regional), a exigência de indicadores de resultados que expressem esse objetivo com uma base e uma meta, a utilização de indicadores comuns com definições concertadas, a clarificação das funções de monitorização e avaliação e a necessidade das Autoridades de Gestão conduzirem avaliações de impacto. A DG Política Regional e Urbana espera que esta avaliação *ex post* forneça mais informações sobre a forma de melhorar a conceção e o impacto da política de coesão.

▶ SAIBA MAIS

http://ec.europa.eu/regional_policy/impact/evaluation/index_en.cfm

▶ AGENDA

7 A 10 DE OUTUBRO DE 2013

_Bruxelas (BE)

OPEN DAYS 2013

28 E 29 DE OUTUBRO DE 2013

_Bucareste (RO)

2.º Fórum Anual da Estratégia da UE para a Região do Danúbio

8 DE NOVEMBRO DE 2013

_Bruxelas (BE)

Regiões como Motores do Novo Crescimento através da Especialização Inteligente

9 E 10 DE DEZEMBRO DE 2013

_Bruxelas (BE)

Conferência «Telling a story» (Contar uma história)

6 E 7 DE FEVEREIRO DE 2014

_Atenas (EL)

Conferência no âmbito da Estratégia da UE para a Região do Adriático e do Jónico

31 DE MARÇO DE 2014

_Bruxelas (BE)

RegioStars

Poderá encontrar mais informações sobre estes eventos na secção Agenda do Web site Info regio:

http://ec.europa.eu/regional_policy/conferences/agenda/index_pt.cfm

DÊ-NOS A SUA OPINIÃO

Gostaríamos de saber quais os resultados da política de coesão na sua região, evidenciando os resultados e os benefícios tangíveis para os cidadãos e o seu parecer sobre os preparativos para o próximo período de programação.

As contribuições selecionadas serão publicadas na próxima edição da revista *Panorama*. Envie os seus artigos (máximo de 600-700 palavras) para:

regio-panorama@ec.europa.eu



■ Serviço das Publicações

Comissão Europeia, Direcção-Geral da Política Regional e Urbana
Comunicação – Ana-Paula Laissy
Avenue de Beaulieu 1 – B-1160 Bruxelas
Courriel: regio-panorama@ec.europa.eu
Internet: http://ec.europa.eu/regional_policy/index_pt.cfm

